

SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XIII • Jan./Fev./Março 2004 • Nº 56

EDITORIAL

Desistir nunca!

Os sargentos de Portugal comemoraram o 113.º aniversário do dia 31 de Janeiro de 1891 em diversos núcleos e regiões do País. Em quinze locais diferentes do continente e ilhas, com início em 28 de Janeiro, no Entroncamento, Figueira da Foz e Lamego, e com o último evento a ter lugar nos Açores, na ilha Terceira, dia 7 de Fevereiro, as comemorações decorreram num quadro de desencanto e insatisfação pela forma como as dificuldades e problemas sentidos pelos sargentos tardam em ver soluções, mas, contudo, num clima de grande determinação, unidade e empenhamento para que, uma vez mais, esta efeméride fique marcada com o realce que merece!

Houve, porém, um facto que trouxe uma nuvem de consternação a esta comemoração: o falecimento do nosso camarada e amigo, Secretário da Direcção da ANS, Sargento-Mor de Infantaria, o Sargento de Portugal, João Cerca Nogueira! Em todos os locais onde decorreram actos comemorativos da efeméride guardou-se um sentido minuto de silêncio.

Por todo o País, os Sargentos de Portugal souberam de novo ser um vivo exemplo daqueles que há 113 anos atrás ousaram gritar por honra e dignidade! Os sargentos expressaram nas comemorações do 31 de Janeiro o seu descontentamento perante o muro de silêncio por parte do Ministério da Defesa Nacional (MDN), face ao conjunto de diligências que efectuaram junto da tutela, para resolução de problemas que atingem a classe, o que surpreende e choca. Em causa estão:

— problemas de **carreira** que "condenam" os sargentos a permanecerem longos anos no mesmo posto;

— a passagem compulsiva para a situação de **Reserva** a militares detentores de vários louvores e elevadas médias de avaliação;

— a acumulação das **dívidas** das ADMs aos beneficiários, que os deixa sem assistência médica;

— os complementos de **pensão** aos reformados que continuam por pagar;

— a não actualização dos **vencimentos** dos militares pelo segundo ano consecutivo.

A ANS reiterou que se mantem disponível para encontrar os caminhos que levem os Sargentos a alcançar os seus objectivos, com firmeza, lealdade e orgulhosos da condição de Sargentos de Portugal.

Desistir, NUNCA! ▲

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

COM DIGNIDADE MAS SOB PROTESTO



Problemas de carreira, passagem compulsiva de sargentos para a Reserva e congelamento de salários pelo segundo ano consecutivo, são alguns dos motivos do protesto.

Págs. 5, 6 e 7

Em Lisboa, 26 e 27 de Março Presidium da Euromil

Pág. 9

Carta aberta ao sr. Ministro

Suplemento

Orçamento do Estado para as Forças Armadas Urge inverter um ciclo

Na altura em que foi apresentada a proposta de Orçamento do Estado para 2004, a área da Defesa Nacional (OEDN) foi referida como uma daquelas em que se verificava um pequeno acréscimo em relação ao orçamentado para 2003.

Para os que se debruçaram com alguma atenção sobre a proposta, tornou-se evidente que as Forças Armadas iriam continuar a defrontar-se com dificuldades significativas no que respeita às despesas de funcionamento, resultando o acréscimo então anunciado exclusivamente das verbas projectadas para a Lei de Programação Militar (LPM).

Ora a realidade vai ser bem pior, uma vez que já foi imposto no OEDN um corte, percentualmente muito significativo, quer nas verbas destinadas às despesas de funcionamento quer nas previstas para a LPM.

Sabe-se, também, que os militares vão continuar a perder poder de compra no ano de 2004.

Dir-se-à que o quadro descrito não é mais do que uma réplica do que o que se vai verificar em toda a Administração Pública, reflectindo as dificuldades que o País atravessa.

No entanto, não só os militares não têm qualquer responsabilidade na evolução da situação com que os portugueses são confrontados, como também vêm sendo, nos últimos anos, os parentes pobres de toda a Administração Pública no que se refere à satisfação das suas legítimas necessidades.

As promessas de solução para os problemas sócio-profissionais dos militares vão sendo diluídas e esquecidas por entre os anúncios de futura aquisição dos novos equipamentos com que se pensa dotar as Forças Armadas.

E se as associações de militares têm que concordar com Sua Excelência o Ministro de Estado e da Defesa Nacional quando afirma que *"no coração da política de Defesa está o reequipamento"* ("Jornal de Notícias", de 17/JAN2004), não podem deixar de recordar que os homens e as mulheres que servem o País nas Forças

Armadas constituem o sistema nervoso que comanda a eficácia dos meios e recursos colocados à sua disposição.

Por isso, para que a memória dos homens não o esqueça, relembram que:

- As verbas orçamentadas não vão ser suficientes para que a formação, instrução e o treino atinjam o nível desejável, sendo ainda duvidoso que permitam a plena e necessária operação dos meios de que dispõe a Instituição Militar, bem como a simples participação em reuniões que servem para consolidar a doutrina e os procedimentos;

- Os militares vão continuar a sofrer com a inexistência das prometidas soluções para a falta de mecanismos que estabeleçam equilíbrios e progressões de carreiras, para os atrasos nas participações do seu sistema de assistência na doença, para o obsolescência e distorções (nas equidades externa e interna) do sistema retributivo. E, por outro lado, sem verem esclarecidas as graves ameaças que se colocam em relação ao futuro do seu Fundo de Pensões.

Urge, na realidade, inverter um ciclo em que, como reconhece o ex-CEME e CEMGFA, GEN Espírito Santo, *"a Instituição Militar está a atravessar dos piores momentos na sua existência"* ("Revista Militar", de Dezembro de 2003)

Os militares querem-se motivados e moralizados.

Para que isso possa acontecer, as associações de militares, unidas e determinadas, comprometem-se a defender intransigentemente os seus direitos e dignidade, não pactuando com desconsiderações e o desprezo pela condição do militar enquanto cidadão de pleno direito.

Torna-se entretanto indispensável que o Governo assumira, com carácter de urgência, a acção adequada à salvaguarda de vectores fundamentais a uma área de tão grande delicadeza como é a da Defesa Nacional.

As associações subscritoras
ASMIR, ANS, AOFA e APA ▲

Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher

Um longo caminho a percorrer

Numa sociedade cada vez mais escravizada ao mercado do consumo compulsivo, temos um número crescente de dias disto e daquilo, tantas vezes sem raízes culturais ou históricas que o justifiquem, a não ser a rendição consumista a determinadas modas impostas por outros tipos de valores, havendo, no entanto, alguns destes dias que se destacam pela importância histórica de que se revestem.

Se bem que o dia da criança, do homem ou da mulher devessem de facto, ser todos os dias, há datas que pelo seu significado não nos podem deixar indiferentes. Não estamos, ainda, a fazer referência àquela madrugada de tão grande significado para todos nós portugueses, cujo trigésimo aniversário se avizinha. Estamos a falar daquele 8 de Março, em 1857, em que as operárias da indústria têxtil, em greve, ousam desfilar pelas ruas de Nova Iorque, reivindicando a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas e salários iguais aos dos homens.



"A Maternidade", Picasso, 1935

Este foi um dos primeiros passos na luta das mulheres pela Igualdade de Direitos.

Contudo hoje, em Março de 2004, dois terços das mulheres no mundo desconhecem o significado da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Em cada minuto, morre uma mulher por falta de cuidados de saúde no parto. Nos países ocidentais, as mulheres continuam a ser discriminadas no acesso ao emprego. Nos países mais pobres, muitas mulheres não têm sequer o direito de trabalhar fora de casa e de receber salário, enquanto à maioria das raparigas é vedado o acesso à educação. Em Portugal, mulheres são julgadas em tribunal pela prática de aborto...

Muito há ainda a fazer no sentido de se alcançar uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

A todas as nossas camaradas de armas, companheiras, mulheres, mães, filhas aqui estamos para reafirmar a nossa firme disponibilidade para, todos juntos, caminharmos na busca dessa igualdade e justiça! ▲

Sargentos Portugueses comemoram o 30.º Aniversário do 25 de Abril de 1974

Integrado nas comemorações do 30.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, numa iniciativa que o jornal "O Sargento" vivamente aplaude, organizações em que se congregam Sargentos das Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente o CSA – Clube do Sargento da Armada, CSE – Clube de Sargentos do Exército, CSFA – Clube dos Sargentos da Força Aérea e a ANS – Associação Nacional de Sargentos vão conjuntamente realizar um almoço comemorativo, no dia 4 de Abril, Domingo, no restaurante da FIL, no Parque das Nações.

O almoço está previsto para as 13h, com a concentração dos convivas a ter lugar a partir das 12h.

Para mais esclarecimentos sugere-se aos nossos camaradas que contactem as organizações promotoras do almoço ou os delegados nas respectivas unidades. ▲



Cartas dos LEITORES

Um Sargento indignado

Exmo. Senhor Director do jornal "O Sargento"

Sou Sargento-Chefe das Forças Armadas e tomei recentemente conhecimento dos termos de um protocolo assinado, no passado dia 4 de Fevereiro, entre a Força Aérea Portuguesa e um banco da nossa praça. Se não fosse para identificar melhor a minha indignação até me recusaria a dizer o nome da dita instituição bancária pois não quero de maneira alguma contribuir para a sua publicidade. Mas, a verdade assim obriga e este banco é o BCP. Este protocolo é assinado pelo sr. Major General António Maria Antunes Moreira, Director da Direcção de Finanças do CLAF, a quem o CEMFA delegou poderes.

Depois de ler que *"a Força Aérea, empenhada em promover ao seu pessoal condições vantajosas..."* e de ler que *"são beneficiários do presente Protocolo todo o pessoal militar e civil da Força Aérea..."* fiquei indignado com o que li no anexo do dito protocolo, respeitante a cartões de crédito, pelo que contém de discriminação grosseira aos militares sargentos. Em dois destes cartões, e com letra realçada, para que não restem dúvidas, diz que estes são *"apenas aplicáveis a: oficiais gerais"* (que, mesmo não concordando por princípio, com discriminações, poderia entender esta por desempenho de funções extraordinárias), *oficiais superiores, outros oficiais do quadro permanente"*. Ou seja, todos os oficiais do quadro permanente! Significa que para aquele banco qualquer jovem alferes do quadro permanente é mais merecedor que qualquer sargento, independentemente do posto ou tempo de serviço. E isto com a convicção da nossa chefia.

Não basta irem pelas unidades dizer em reuniões que estão preocupados e a "resolver" os problemas dos sargentos, quando depois, no segredo dos gabinetes, é esta a consideração que por nós demonstram... Sinceramente, não foi esta a Força Aérea para a qual um dia eu entrei...

Espero que esta indignação seja sentida por muitos camaradas meus. Espero igualmente que esta minha carta seja merecedora de atenção e possa ser publicada no nosso jornal.

Com os melhores cumprimentos e votos de que continuem o bom trabalho que vêm prestando aos sargentos portugueses, sou

Um Sargento Indignado ▲

REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA

Uma mão cheia de quase nada

Teve lugar no MDN, no passado dia 6 de Fevereiro, pelas 11H30, uma reunião de trabalho por iniciativa do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes (SEDAC), com a seguinte agenda:

- a) Regime Remuneratório dos Militares dos QP's (ITEN/CAP versus SMOR);
- b) Estatuto do Dirigente Associativo.

Relativamente à primeira questão, a ANS reiterou as posições anteriormente assumidas, que passam pelo não condicionamento dos índices da categoria de sargentos aos valores atribuídos à categoria de Oficiais, isto é, não aceitamos comparações lineares e deturpadas entre o topo da nossa carreira e os postos de oficial subalterno e capitão, em termos meramente relativos, sem que se tome em conta o valor absoluto de cada posição em cada categoria. Na altura, foi-nos entregue uma cópia de um projecto de Decreto-Lei, versando esta matéria, sobre o qual nos iremos pronunciar oportunamente.

Quanto à segunda questão não nos foi entregue qualquer documento para análise, continuando, como base de discussão, o documento anteriormente apresentado pelo MDN sobre esta matéria, que, na altura, não mereceu a concordância da ANS. Comprometemo-nos, entretanto, a enviar um conjunto de princípios, considerados essenciais, sobre o nosso entendimento do que deve ser este Estatuto, princípios esses que poderão constituir uma base de trabalho para futuras reuniões de trabalho com a Direcção Geral de Pessoal do MDN, a iniciar brevemente.

Resolvida a agenda da reunião, a ANS levantou, como não podia deixar de ser, um conjunto de questões que têm vindo nos últimos tempos, a preocupar os Sargentos de Portugal e a estarem na génese do clima de insatisfação que se vive na Instituição Militar, a saber:

1. Equiparação dos Sistemas retributivos das FFAA e da GNR (D.L. N.º 207/2002), (Problema das distorções nos postos de 2SAR e SAJ);
2. Aplicação do Complemento de Pensão de Reforma (D.L. N.º 236/99 - Art. 9.º, com a redacção da Lei N.º 25/2000);
3. Proposta de Alteração do EMFAR (Carreiras);
4. Actualização das Ajudas de Custo;
5. Consequências da aplicação do Art. 190.º do EMFAR (actual 189.º) - Passagem compulsiva à situação de Reserva, por via do RAMME;
6. Extensão da assistência na doença nas situações de "união de facto";
7. Atrasos no pagamento das comparticipações das ADMs e na revalidação de cartões;
8. Novo sistema retributivo.

As questões colocadas pela ANS mereceram por parte do SEDAC, um conjunto de respostas que infelizmente não apontam para qualquer resolução em concreto.

No primeiro caso persiste uma falta de entendimento quanto às anomalias do diploma, então aprovado, que não reconhece a necessidade de corrigir as injustiças inerentes à própria aplicação do seu articulado. No que respeita à proposta de alteração do EMFAR, nada é adiantado quanto à receptividade da mesma. E quanto ao Novo Sistema Retributivo, que nós reclamamos deva ser alvo de amplo debate, a começar desde já, foi-nos transmitida a informação de que a Direcção Geral de Pessoal do MDN irá fazer o diagnóstico da situação até ao final do corrente ano, o que denuncia uma longa travessia do deserto.

Noutros casos, como o das consequências da aplicação do Art. 190.º (actual 189.º) em conjugação com o RAMME - passagem compulsiva à situação de Reserva - fomos confrontados com uma posição em tudo contrária àquilo que parecia ter sido de consenso na última reunião, em Julho de 2003, ou seja a anulação das notificações de ultrapassagem havidas ao abrigo do anterior RAMME. A total inobservância da nossa proposta, então tacitamente aceite pelo SEDAC e pelo DGPRM, mais do que uma surpresa, constitui um preocupante sinal de insensibilidade na política de recursos humanos, em favor dum fundamentalismo jurídico



que corrompe aquilo que poderia ser um princípio saudável de entendimento entre as partes. Em consequência deste outro (des)entendimento, sargentos houve, por poucos que sejam, que foram vítimas desta forma cega de interpretar as leis.

Noutros casos ainda, como os respeitantes à aplicação do Complemento de Reforma e aos atrasos no pagamento das comparticipações das ADMs, fomos confrontados com enormes dificuldades para a sua resolução, face aos elevadíssimos montantes financeiros necessários para os solucionar, o que nos causa a maior apreensão.

Somente em relação à actualização das Ajudas de Custo e à extensão da assistência na doença, nas Situações de Facto, foi deixada alguma esperança quanto à sua resolução, sem contudo ficar nada definido quanto ao momento em que tal venha a ocorrer.

Como se pode concluir, entrámos para esta reunião com um conjunto de problemas e saímos com uma "mão cheia de quase nada", para não sermos completamente insensíveis ao facto de termos, mais uma vez e ao fim de seis meses, retomado um diálogo que se calou por demasiado tempo. Mas, como se pode constatar, saímos com mais preocupações ainda.

Por parte do SEDAC foram ainda feitas algumas críticas às acções, demonstrativas do descontentamento que vai na alma dos Sargentos de Portugal, promovidas pela ANS. Registamos o facto, não sem nos questionarmos que incómodo é esse que não se incomoda com o nosso próprio descontentamento.

Em face disto é importante reafirmarmos que nos cabe o direito e o dever de continuar a defender intransigentemente aquilo que consideramos ser os princípios enformadores do resguardo dos nossos interesses, ainda que isso possa causar qualquer incomodidade a espíritos menos receptivos à missão primeira das associações.

O desenvolvimento, dentro do quadro legal, de todos os mecanismos que permitam ajudar a encontrar as soluções para os nossos problemas, permitem-nos deixar bem claro que é a ANS que representa os Sargentos de Portugal junto do poder político e não o contrário como muito "boa gente" poderia desejar.

Desenganem-se os que alguma vez admitiram ser possível este quadro!

A razão está do nosso lado, não iremos deixar cair os braços!

Desistir, nunca...! ▲

Quando um amigo nos deixa

Peculiarmente, o Nogueira, em termos de tratamento oficial, no serviço, apenas contemplava duas formas de ser tratado: - ou era o Senhor Sargento-mor Nogueira ou então, simplesmente João, num registo de íntimo e de pura amizade. Nada de "Senhor Mor...", "Oh! Mor...", "Nosso Sargento", ou outra qualquer "invenção que não respeitasse a sua condição de Sargento com grau hierárquico bem definido e dignidade intocável!

Mas o João era, acima de tudo, uma fonte inesgotável de simplicidade, de verticalidade e de vontade de bem servir e de ser útil. E um homem de uma coragem desmesurada que sempre encarou o avanço da sua doença, com um positivismo, às vezes desconcertante para os seus mais próximos amigos. Um homem que acreditava que a única alternativa era lutar para manter a sua condição de cidadão actuante, informado e respeitador da grandeza da democracia que ele tanto prezava e defendia, independentemente da pesada herança que a sua já debilitada condição física ia marcando o dia a dia da sua luta permanente pela vida.

O João, como era por todos nós, carinhosamente tratado, encarnava em si todo o conjunto de valores que nós sempre defendemos - rigor, sentido do dever, lealdade, frontalidade e um enorme orgulho em ser Sargento de Portugal - e era uma das vozes inevitavelmente ouvidas, sempre que uma decisão tinha de ser tomada, graças ao seu sentido do equilíbrio e à sua rara capacidade de análise, que tinha sempre em conta a defesa dos direitos dos militares e o respeito intransigente pela carreira que abraçara, por vocação e que defendia acima de tudo.

Quando um amigo nos deixa, deixa-nos uma amarga sensação do inexplicável. Deixa-nos um vazio que só a sua lembrança pode compensar. Deixa-nos num estado de impotência e de intolerância pelas leis da vida, porque não se explica ao nosso sentir, aquilo que a nossa racionalidade nunca irá compreender. Deixamos a marca da imponderabilidade da importância que assumimos, quando nada, no fundo, é tão inconsequente como a nossa condição de seres vivos num mundo que continuamos sem entender, porque se o entendéssemos como um suporte da nossa fragilidade, outra atitude de certo teríamos face ao esforço intolerável que todos os dias utilizamos para insensivelmente o tornarmos cada vez pior, em nome da ambição que não reconhecemos.

Por isso, quando um amigo nos deixa, faz-nos inevitavelmente pensar em tudo isto e mesmo na morte, se torna ainda e uma vez mais, útil e solidário com a nossa incapacidade para nos compreendermos, enquanto seres julgados inteligentes e únicos.

O João faleceu, vencido pela doença, mas vencedor na sua permanente lucidez de espírito e de cidadania, no passado dia 23 de Janeiro, às portas do nosso 31 de Janeiro que ele já não conseguiu cumprir uma vez mais!

Como todos aqueles que consideramos amigos e camaradas de armas e de projecto associativo, é uma perda irreparável que só pode ser colmatada pela lembrança eterna que sempre teremos da sua personalidade e do privilégio de o termos tido como amigo.

Se houver uma associação defensora dos direitos dos Sargentos de Portugal já falecidos, algures na inexplicabilidade do mistério da vida e da morte, o nosso querido amigo João, lá estará certamente, a continuar a obra de todos nós, empenhado como sempre, lúcido e crítico, incomensuravelmente amigo de todos, a dizer:

- Nunca desistir!...

Boa viagem, João!... ▲



João Cerca Nogueira, Sargento-mor de Infantaria, 51 anos, natural da Fogueira (Anadia), 3.º CFS, colocado no Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do Ministério da Defesa Nacional, Secretário da Direcção da Associação Nacional de Sargentos nos biénios 2000-2001 e 2002-2003.

Tribuna do LEITOR

Lutar?... ...Porquê!?

Foi com esta resposta que, há bem pouco tempo, um camarada me respondeu no contexto de uma conversa que estávamos a ter sobre a situação actual nas FFAA. Foi uma resposta-pergunta, que me deixou, por momentos, perplexo. E respondi-lhe assim, sem mais: **Por tudo!**

Claro que este "por tudo" tem subjacente aquilo que já conquistámos. Mas tem, sobretudo, como ponto bem assente, aquilo que não conquistámos e aquilo que está em perigo, bem como aquilo que não sendo iniciativas na esfera estrita das Forças Armadas nos afecta enquanto portugueses — aumento do custo de vida, a situação do ensino dos nossos filhos, as pensões, a protecção na velhice dos nossos pais e avós, etc...

A conversa com esse camarada desenvolveu-se e, no fim, até estávamos de acordo.

Então, o que é que, a dada altura, nos parecia dividir? É que, para ele, nada havia a fazer!

Acreditou que agora é que era, agora é que os problemas dos militares iriam ter resolução e, afinal, não só nada foi feito como se acelerou a degradação da sua situação, coisa que até o levou a ter de arranjar um biscate para fazer face às dificuldades.

Percebi o camarada. Percebi que o "Porquê!?", embora mal empregue (a língua portuguesa propicia estas coisas), tinha no seu linguajar um sentido figurado, ou seja, há tantos porquês, tantos problemas, que quase ficamos esmagados e paralisados.

E perpassou pela sua explicação um certo laivo crítico quanto ao facto de a dinâmica da classe andar resumida a uns comunicados a dizer aquilo que já se sabe, em vez de exigências claras.

Claro que lhe exprimi a opinião de que a vida, como sabemos, não é feita sempre num sentido. Tem momentos melhores e outros menos bons. Que a classe continua unida e coesa e, esse elemento, é fundamental para os êxitos futuros, como o foi no passado. E que, certamente, as coisas não podem continuar num ritmo desajustado da realidade, sob pena de existirem quebras de solidariedade.

Não vou dizer mais nada. Fica aqui esta experiência que pode, eventualmente, ser mais generalizada. E é preciso refletir bem sobre o seu significado.

A.M.C. ▲

Audiência com o General CEMFA

Transmitidas preocupações da classe

Uma delegação da ANS foi recebida em audiência pelo CEMFA, General Taveira Martins, no dia 17 de Fevereiro, para apresentação de cumprimentos, em face da sua recente tomada de posse, bem como, para veicular algumas das matérias que mais preocupam os nossos associados e, também, para uma troca de impressões sobre o papel do associativismo militar na desejável cooperação entre militares e suas chefias, no que concerne às matérias de teor social e profissional.



CEMFA Gen. Taveira Martins

Depois da protocolar apresentação de cumprimentos tivemos oportunidade de abordar genericamente os seguintes aspectos:

Carreira dos Sargentos – Como não poderia deixar de ser, este foi o assunto com que iniciámos a breve exposição das matérias que nos preocupam, e referimos particularmente:

a) A necessidade absoluta da revisão do Decreto-Lei n.º 202/93, que regulamenta os Quadros Orgânicos das Forças Armadas, caducado desde 1998;

b) O facto de o desempenho de funções não estar a ser cumprido de acordo com o preceituado no EMFAR, com particular incidência nos postos superiores da categoria de Sargento, e haver inúmeros camaradas a desempenharem funções de posto superior sem que, contudo, lhes seja reconhecido o direito à remuneração respectiva;

c) A longa permanência no mesmo posto de um número excessivamente grande de camaradas nossos, em particular os 1SAR, com a consequente desmotivação que isto causa;

d) A necessidade de dar cumprimento à figura estatutária de "Adjunto do Comandante" aplicada em particular aos SMOR, facto que não se verifica na maioria das principais unidades da Força Aérea.

Em relação à questão das carreiras obtivemos a infor-

mação de que está em preparação uma proposta com vista à resolução da problemática dos 1SAR, para presente em Conselho de Chefes de Estado-Maior e em relação à qual desconhecemos o seu conteúdo.

Assistência médica – Dando como exemplo a 1ª quadra de Radar de Foia, foi referida a necessidade de apoio médico ao pessoal colocado em unidades geograficamente mais remotas, assim como às respectivas famílias, quer através da prestação de serviços médicos nas unidades, quer através do estabelecimento de protocolos da ADMFA com entidades aptas a desempenharem esse tipo de apoios, protocolos esses que, de acordo com o General CEMFA, serão da iniciativa dos Comandos das Unidades que os submeterão à apreciação superior.

Foi ainda referido o atraso na renovação de cartões de beneficiários da ADMFA, na situação de Reforma.

Formação – Foi expressa a incompreensão pelo vórcio existente entre dois órgãos de conselho do CEMFA. Referimo-nos aos Conselhos de Especialidade cujos elementos estão legitimados para representar a sua especialidade através de uma eleição e os Conselhos Técnicos de Especialidade, que são nomeados para esta função. Entendemos ser benéfico para as especialidades que estes dois órgãos interajam no benefício das mesmas.

Transmitimos igualmente a preocupação sentida por não transparência nalgumas nomeações para cursos de formação ou valorização dentro das especialidades. Entendemos que devem prevalecer duas hipóteses de nomeação: ou por aferição académica ou por antiguidade relativa.

Transportes – Transmitimos a preocupação de sempre demonstrada pelo entendimento de que alvo uma directiva para reorganizar e reestruturar sistemas de transportes das unidades. Reestruturar e reorganizar não significa terminar, como foi entendido na maior parte das unidades. Congratulamo-nos com o facto de que a acção conjunta dos militares e civis, delegados locais da ANS, Direcção do Gabinete do CEMFA, na pessoa do SMOR, tivesse conduzido, na BA1 - Sintra, ao retomar da carreira de 1SAR, embora utilizando um novo itinerário que possibilita o seu uso por parte de um número significativo de utentes.

Gestão do Pessoal – Demonstrámos a nossa profunda insatisfação por não haver, na Direcção de Pessoal, Sargentos com responsabilidades na área das transições e colocações, ao contrário do que sucede, com excelentes resultados, nos outros Ramos. De igual modo também referimos a nossa incompreensão pela publicitação das listas de colocações e desempenhos de cargos externos à Força Aérea, nomeadamente no estrangeiro, facto que a acontecer traria uma maior transparência aos actos administrativos, bem como uma maior capacidade de gestão da "coisa" do Pessoal.

Em relação a estes aspectos foi-nos transmitido que irá ser dada uma atenção especial no sentido de se terem de vir a materializar algumas das nossas sugestões.

Sistema Retributivo e Ajudas de Custo – Neste aspecto transmitimos a nossa consciência do momento difícil que o País vem atravessando, a nossa disponibilidade para encontrar soluções ao longo do tempo, e também a nossa preocupação pela não resolução da tão propalada equiparação ao sistema retributivo da GNR. Reafirmámos a necessidade de se reparar a actual situação que atinge os SAJ e 2SAR, bem como a actualização do valor das ajudas de custo, já actualizada para todos os outros agentes da Administração Pública.

Como associação sócio-profissional que somos, representativa de um determinado universo de cidadãos militares, entendemos ser também nossa missão velar para as chefias militares e teor das nossas preocupações e exigir sermos parte activa na procura das soluções para os problemas que enfrentamos. Afinal, mais não é do que pôr em prática o preceituado na Orgânica n.º 3, de 29 de Agosto de 2001.

Assim, todas estas matérias agora apresentadas actual CEMFA, já o tinham sido ao seu antecessor de igual forma transmitimos a necessidade, não mesmo a obrigação, de termos de trabalhar conjuntamente em prol da instituição que orgulhosamente servimos. ▲

Vencimentos — Alguns desequilíbrios

Com o título acima, vem no nível (e que daqui saudamos) Boletim da AOFA, um artigo, que dá pelo nome de "Expressão", onde o seu autor disserta sobre vencimentos dos Tenentes/Capitães das FFAA e os vencimentos dos Sargentos-Chefes e Mores. E disserta, ainda, sobre a situação nas FFAA e a realidade existente na GNR.

Trata-se de uma já velha situação e igualmente já velha diferença de pontos de vista.

O que nos une? Quase tudo! Une-nos a luta pela afirmação do associativismo no seio das FFAA. Une-nos a incompreensão de um tratamento privilegiado em qua-

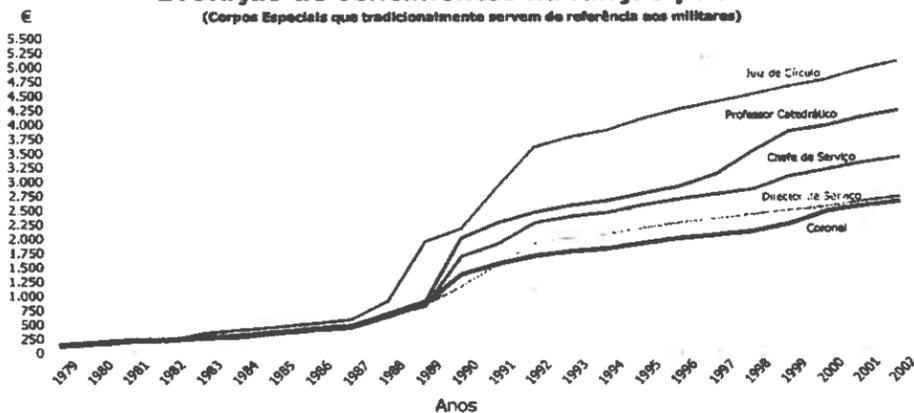
se tudo (vencimentos, equipamentos, etc.) para a GNR e a desgraçada situação das FFAA. Une-nos a luta pela dignificação dos militares e outras tantas coisas que não vale a pena listar.

O que nos divide? Uma, e só uma, "simples" coisa. Os Sargentos batem-se por aquilo em que acreditam. Lutaram, arriscaram e conquistaram. Os Oficiais continuam a escrever cartas e quase que a culpabilizar os Sargentos por aquilo que não conquistaram. Mas a luta, pela nossa parte, prossegue. E a nossa disponibilidade de convergir em tudo o que for essencial, também.

Sempre combatendo os desequilíbrios. ▲

Evolução de vencimentos na função pública

(Corpoes Especiais que tradicionalmente servem de referência aos militares)



CARREIRAS dos Sargentos das Forças Armadas

José Pereira

Cabe-me fazer, mais uma vez, a intervenção sobre as questões relacionadas com as nossas carreiras e, ao reler há pouco a minha intervenção do ano anterior, verifiquei que a poderia usar novamente pois, lamentavelmente, toda ela permanece actual, sinónimo de que nada foi resolvido neste período de um ano.

Gostaria de vos relembrar uma frase que nos foi dita numa audiência há um ano e meio atrás: "2003 será, também para mim, o ano das carreiras"...

O autor desta frase foi o Dr. Paulo Portas, Ministro de Estado e da Defesa Nacional, em 25 de Agosto de 2002, por ocasião da conclusão das negociações relativas à equiparação do nosso sistema retributivo em relação ao da GNR.

Foi com base nestas palavras que lançámos o mote para o ano de 2003 como sendo "O ano das carreiras", com esperanças renovadas de que estariam finalmente criadas condições para uma discussão séria e cuidada das nossas propostas que conduzi-se à resolução deste terrível problema que afecta a nossa vida e das nossas famílias e que se vem prolongando anos e anos a fio.

Apesar de tão bonita promessa, desde então nada foi feito por parte do Sr. Ministro da Defesa.

Nem sequer uma palavra...

Estamos já em 2004 e a situação continua a agravar-se, pois os problemas não se resolvem ignorando a sua existência.

Continuamos assim a constatar as situações graves, que mais uma vez denunciámos, e que são do total conhecimento da Presidência da República, da Assembleia da República, do Governo e das Chefias Militares, nomeadamente:

- Um elevado número de 1SAR com mais de 15 anos de posto, muitos dos quais acabarão por passar à reserva nesse mesmo posto;

- Centenas de SAJ com o curso de SCH feito há vários anos e sem perspectivas de promoção;

- SCH com vaga para SMOR mas que não são promovidos por atingirem o limite de idade para passar à reserva antes de cumprirem o tempo mínimo de permanência no posto;

- Grande número de SAJ e SCH, do Exército, em vias de passarem compulsivamente à reserva por via do art. 190.º do EMFAR, muitos deles com cerca de 40 anos de idade e 20 anos de serviço, com médias de avaliação bastante elevadas e diversas condecorações e louvores. Alguns já passaram mesmo à Reserva este mês, tendo chegado até nós o caso de um SAJ com média de avaliação de 4,3, condecorações e louvores e cerca de 24 anos de serviço;

- Os quadros orgânicos completamente desactualizados, revistos há mais de 10 anos, numa realidade completamente diferente da que vivemos actualmente e cujo Dec.-Lei 202/93 está caduado desde 1997;

- Progressões completamente distintas entre Ramos e mesmo dentro de cada Ramo, entre especialidades, armas e serviços o que provoca muitas vezes situações em que um Sargento que chefia uma secção, sem que nenhuma culpa lhe possa ser atribuída, passa a ser chefiado por um camarada até então mais moderno, que era seu subordinado, mas que entretanto foi promovido mais cedo;



- A prática, cada vez mais instituída, de que qualquer posto pode exercer qualquer função, possibilitando que se desempenhem funções de posto superior sem o respectivo pagamento e que se desempenhem funções de posto inferior para colmatar as falhas no recrutamento de Praças, decorrente do fracasso da Lei dos Incentivos do Serviço Militar.

O drama é que, por detrás de cada um destes problemas, existe um homem ou uma mulher. Na verdade existem milhares de homens, mulheres e crianças... famílias inteiras que diariamente sofrem na pele as dificuldades decorrentes da falta de interesse por parte das entidades responsáveis.

Estes não são problemas sem rosto!

Os Sargentos e as suas famílias sentem-nos...

As nossas propostas para resolver estes problemas, foram entregues, já em várias ocasiões, no Ministério da Defesa, a última das quais em 18 de Julho de 2003, reforçada por 3000 assinaturas exclusivamente de Sargentos, mas continuam sem obter qualquer resposta por parte daquele órgão denotando um total desinteresse.

Este desinteresse, que roça o desrespeito, por profissionais que deram, e continuam a dar, o que de melhor têm em prol das Forças Armadas e do País é ofensivo, lesivo da tranquilidade e motivação nos locais de trabalho, e favorece os riscos potenciais de quebra da disciplina e rigor, características tão caras aos militares e aos Sargentos de Portugal.

Na Assembleia da República a nossa petição para revisão do EMFAR, com cerca de 8000 assinaturas, entregue em Março de 2001, ressuscitou novamente, tendo sido retirada do arquivo da Comissão de Defesa Nacional, depois da nossa ida ao Parlamento fardados, no passado dia 20 de Novembro, e temos a informação de que aguarda agenda-mento para discussão em plenário conforme determina a Lei.

Mas então podemos perguntar: Se estas injustiças são assim tão evidentes, e as entidades competentes têm conhecimento delas, porquê tardam tanto a ser resolvidas?

Podem os responsáveis responder que o País está a atravessar um momento difícil, que a conjuntura não é favorável...

mas nós podemos responder que, quando o País conheceu dias melhores, também nunca quiseram resolver estes problemas e, sou tentado até a suspeitar que, quando se der a recuperação da economia da Nação, os nossos problemas continuarão a ser propositadamente esquecidos.

E digo "propositadamente" porque estou perfeitamente convicto que o "lameçal" em que nos encontramos "atolados", não surge do acaso, resultado de gestões incompetentes deste ou daquele responsável.

Quanto a mim, trata-se de uma política concertada, mas não declarada, de redução das Forças Armadas por asfixia, que se pretende que seja efectuada às custas dos próprios militares, através da sua degradação contínua por sucessivos cortes orçamentais, como aliás tem sucedido noutros sectores de importância vital para a soberania da Nação, como a agricultura, as pescas, a indústria pesada e naval, a saúde e a educação.

Em boa verdade, o que parece, é que o poder político já não precisa de todos nós... não temos todos lugar nas Forças Armadas de amanhã... mas não o dizem abertamente porque isso teria custos políticos elevados.

É por isso que os nossos direitos têm sido tão atacados.

É por isso que não resolvem o nosso problema das Carreiras, porque para o Estado sairá muito mais económico se passarmos à reforma em 1SAR do que em SAJ ou SCH.

E o facto de também as pensões de reforma estarem a ser alvo de fortes ataques só vem reforçar a minha teoria, pois:

- Não é por acaso que as pensões de reforma foram este mês reduzidas em 10% por alteração do Estatuto da Aposentação;

- Não é por acaso que o Complemento de Pensão não está a ser pago aos militares reformados desde Agosto de 2000, apesar de ser uma Lei em vigor, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, e haver já um parecer da Procuradoria-geral da República a determinar o seu pagamento;

- Não é por acaso que, de acordo com a última informação que tivemos do Se-

cretário de Estado da Defesa, o Fundo de Pensões dos Militares está falido;

- Não é por acaso que as listas de medicamentos comparticipados pelas ADM's são cada vez mais reduzidas e os acordos com as clínicas médicas cada vez mais onerosos para os utentes, sendo de prever uma aproximação ao Serviço Nacional de Saúde, nivelando por baixo;

- Não é por acaso que transferiram o Fundo de Pensões dos CTT para a Caixa Geral de Aposentações, levando a reboque um buraco orçamental de 45 milhões de Euros.

Imaginem, neste quadro, como será a nossa vida como 1SAR reformados... e a tendência será para piorar...

Tudo tem sido à custa do nosso suor

Perante tudo isto o que podemos fazer?

O que temos feito até hoje, camaradas: Informar... discutir... participar e lutar... lutar sem nunca desistir, até que seja dada solução para os nossos problemas, como já conseguimos em tantas outras ocasiões.

Não será tarefa fácil, mas nós, Sargentos, também nunca fomos habituados a facilidades!

Tudo o que temos conseguido, tem sido à custa do nosso suor, esforço e dedicação...

Deixo aqui o apelo a todos os meus camaradas, para se manterem unidos em torno da nossa associação, disponíveis para participar, fortalecendo as suas posições e reforçando as decisões que, colectivamente, forem tomadas.

Unidos, iremos atingir o nosso objectivo pois a razão está mais uma vez do nosso lado.

Estamos e estaremos sempre disponíveis para o diálogo sério e consequente.

Exigimos respeito e respostas. Despensamos promessas e demagogia...

Muito boa gente gostaria que o lema destas comemorações fosse: "Nunca desistir!"

Desenganem-se os que assim pensam... Conosco é:

"Nunca desistir!"

Para mim... para nós... 2004 terá que ser, também, e novamente, o

Ano das Carreiras! ▲

"Não abusem do nosso altruísmo"

Álvaro Martins

As comemorações do Dia Nacional do Sargento de 2004 decorrem num momento complexo da nossa vida colectiva em que a situação económica – a tão badalada questão do défice – não pode justificar tudo!

Todos nós tínhamos consciência que o ano de 2003 seria um ano extremamente difícil. O governo mostrou o quadro "pintado a negro" da economia, pediu esforço e sacrifício aos portugueses com a imposição de medidas para o relançamento económico, tomou as decisões que achou por bem, para o conseguir, prometendo, senão mesmo garantindo, que tais medidas eram essenciais para que no ano de 2004 fosse possível às famílias portuguesas usufruírem economicamente das melhorias provocadas pelas medidas tomadas e dos sacrifícios então pedidos.

Pela parte que nos toca, tivemos a compreensão necessária para enfrentar esta situação de sacrifício. Como militares que somos, aguentámos a "pé firme" o aumento dos impostos, o congelamento ou não aumento dos vencimentos, o aumento do custo com a educação dos nossos filhos, o aumento do custo dos bens essenciais. Isto é, o nível de vida das nossas famílias degradou-se, acompanhando a degradação da nossa vida profissional, da saúde militar, das condições de habitabilidade nos quartéis, a estagnação nas nossas carreiras militares.

Hoje vivemos sob a ameaça governamental da não actualização salarial pelo segundo ano consecutivo, ameaça que coincide com a concretização, uma vez mais, do aumento generalizado dos bens essenciais – alimentação, transportes, educação, saúde, etc, etc. Precisamente quando para outros grupos sociais são anunciados aumentos substanciais, quer nos salários quer nas regalias. Não conseguimos entender porque razão as dificuldades e as medidas para as ultrapassar só tenham que atingir alguns e por ironia do destino, ou não, esses alguns, sejam sempre os mesmos.

A situação de agravamento económico de toda a família militar, não passa só pela questão salarial. Outros e impor-

tantes factores sofrem de idêntica degradação, aproximando-se perigosamente do limiar do escândalo, senão vejamos:

● **Pensões de Reforma** – As alterações introduzidas ao Estatuto de Aposentação pela Lei n.º 1/2004, de 15 de Janeiro, depois de uma primeira tentativa a "cavalo" da Lei do Orçamento de Estado para 2003 e que o Tribunal Constitucional veio chumbar, na sequência de um conjunto de acções que contaram com o nosso contributo, não nos podem tranquilizar. Sendo verdade que existem pareceres da Caixa Geral de Aposentações que inequivocamente nos deixam de fora sobre a aplicação da penalização dos 4,5% por cada ano de idade que antecede os 60, esses pareceres referem-se à lei inconstitucionalizada. É também verdade que os pressupostos em que assentam esses pareceres não mudaram, mas... aconselha a vida que é melhor ficarmos vigilantes. Aproveitamos a oportunidade para lançar um repto ao MDN, para que possamos, todos, ficar descansados, porque não emitir um despacho, à imagem do que fez o MAI no ano passado, para o Comando Geral da GNR, clarificando a situação. Mas é ainda verdade que a alteração introduzida no cálculo da pensão de reforma se nos aplica, e tem como resultado prático uma redução de 10% nas pensões de reforma para todos os militares que transitaram ou venham a transitar para esta situação a partir de 1 de Janeiro de 2004. Isto é, estes camaradas viram as suas expectativas alteradas quando já nada podiam fazer, o jogo há muito tinha acabado, já estavam no balneário e a outra equipa continuava em campo a marcar golos, que pelos vistos contam para o resultado final.

● **Complemento de Pensão** – Após a publicação da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, que por aprovação unânime da Assembleia da República, clarificou o âmbito da aplicação deste complemento, o então Ministro da Defesa Dr. Castro Caldas, produziu um despacho que suspendeu a eficácia desta norma. Depois de variadíssimas diligências feitas pelas associações de militares junto dos anterior e actual governo, decidiu o Mi-

nistério da tutela solicitar um parecer sobre a aplicação do complemento de pensão à Procuradoria Geral da República, parecer esse que existe desde 10 de Julho passado, e é inequívoco: o despacho do ex-ministro Castro Caldas é ilegal, pelo que compete ao Governo pagar os complementos em causa. Contudo, tal ainda não aconteceu, nem se conhecem quaisquer acções ou decisões nesse sentido... ou será que nem todos são obrigados a cumprir as leis?

● **Antigos Combatentes** – As medidas tendentes a cumprir a lei relativamente a estes camaradas, variadíssimas vezes anunciadas e prometidas tardam a surgir à luz do dia. Foi anunciado pelo Dr. Paulo Portas que seria criado um Fundo de Capitalização com base na venda de património afecto ao MDN. Provavelmente por dificuldades nas respectivas vendas, mais recentemente foi anunciada a criação de um Fundo Imobiliário com a banca. Esta mudança não pode deixar de nos preocupar, porque os bancos não são, em caso algum, uma instituição de beneficência, visam alcançar lucros e se possível grandes. Ora o património a alienar é de todos nós, não pode nem deve ser delapidado, não pode ser servido à mesa para satisfação da gula de uns quantos e, a razão das nossas preocupações é que tal pode vir a acontecer.

● **ADM's** – Tem-se vindo a degradar a participação nos medicamentos e forma de pagamento das participações relativas às consultas médicas, exames, tratamentos e outros actos médicos... O atraso nestes pagamentos, por parte das ADM's, com particular incidência na ADME actualmente com

cerca de um ano de atraso, é um verdadeiro escândalo. Durante o último ano a ANS denunciou esta situação, junto do CEME e do MDN, sem contudo se obterem resultados palpáveis. A situação económico-financeira das ADM's é de veras preocupante, para além das referidas dívidas aos beneficiários, especula-se também na existência de uma dívida enorme a fornecedores e prestadores de serviços, e soube-se recentemente de uma dívida ao IASFA que ascende ao montante de 3 659 740 €, repartidos por ADME - 3 001 776 €, ADMA - 460 495 € e ADMFA - 197 469 €. Será que está a haver deslocação de verbas das ADM's para suportar despesas de funcionamento dos ramos? Se assim for, nunca contarão com a nossa concordância, muito menos com o nosso aplauso. Defendemos a existência das ADM's como um direito fundamental, por isso exigimos soluções que permitam que estes mecanismos de cariz social e assistencial possam cumprir com as suas obrigações e objectivos.

Como vimos as razões que alimentam as nossas preocupações são muitas, gravosas e insustentáveis, por isso temos muita dificuldade em aceitá-las.

Como militares que nos orgulhamos de ser, aceitamos sacrifícios – incluindo o da própria vida, como jurámos – mas, francamente não abusem do nosso altruísmo, do nosso espírito de bem servir.

Como militares que nos orgulhamos de ser, não fugimos às nossas responsabilidades, por isso aproveitamos a oportunidade para reiterar a nossa total disponibilidade para ajudar a encontrar as soluções adequadas e possíveis para os problemas denunciados. ▲

MADEIRA: Um combate pela afirmação

Severino Olim

Mais uma vez, as comemorações do 31 de Janeiro na Região Autónoma da Madeira tiveram como centralidade de agenda a tomada de consciência por parte de umas largas dezenas de sargentos que servem Portugal nesta Região sobre os difíceis desafios que, cada vez mais, teimam a entulhar as nossas legítimas aspirações em prol de uma carreira digna no presente e dignificante no futuro.

Estas comemorações foram, na Madeira, mais um acontecimento relevante na curta história do Núcleo Regional da ANS, o qual tem vindo a trabalhar no sentido de se romper com determinados preconceitos que ainda atrofiam a liberdade deontológica e cívica de muitos camaradas que, no fundo, também, anseiam por um verdadeiro combate em defesa dos princípios e dos valores que norteiam as nossas lutas pela afirmação de mais respeito e dignidade em consonância com uma visão mais altruísta de ser Sargento de Portugal. Neste contexto e, dentro do que foi sentido por muitos camaradas presentes no jantar comemorativo do 31 de Janeiro, ressalva-se, entre outras exigências, o aspecto da formação académica dos futuros alunos da ESE. É que, se o Sargento é um técnico de uma grande organização então com que habilitações devem sair dos cursos de formação os Sargentos das

FA? Como foi que perdemos a nossa equiparação em termos de exigência técnica, social e salarial com os professores primários ou com os profissionais de enfermagem deste País? Como foi possível pararmos tanto no tempo de modo a encontrarmos-nos tão desnivelados, pelo menos, em relação a estas duas classes tão importantes como a nossa, na componente do valor acrescentado da sustentabilidade da sociedade portuguesa? Como conseguiram essas classes afirmarem-se nas suas frentes de combate? Sem dúvida que a chave desses avanços pela afirmação profissional e social deve-se à adesão às suas associações ou sindicatos e, assim como, a reivindicação da obrigatoriedade de um grau académico mais avançado do que lhes era exigido a uns anos atrás.

Aqui, no meu entender, está a solução primária para contornar os problemas que a nossa classe atravessa. Temos e devemos exigir para que os novos quadros oriundos da ESE ou de outras escolas militares sejam possuidores de um grau académico para que, no futuro possamos ter maior peso nas rondas de negociações com os nossos governantes e, por outro lado, podermos obter maiores ganhos sobre o reconhecimento formativo e informativo da nossa classe perante a opinião pública. Uma melhor afirmação, por uma maior e melhor credibilização dos Sargentos dentro e fora do País, deve ser uma exigência capital que





31 de Janeiro de 2004 - Lisboa

deve fazer parte da agenda das futuras reuniões da ANS com o Governo e com outros órgãos de soberania.

Ainda neste âmbito, credibilizar, motivar e dignificar a nossa classe não é mais que, investir na eficiência dos recursos humanos com vista à tão falada modernização das nossas FA's, contribuindo, de certa forma, para que os quadros técnicos da Marinha, do Exército e da Força Aérea possam sentir os seus níveis de auto-estima e motivacionais fortalecidos, a fim de poder-se romper com o ceticismo que atravessa o presente e o futuro da nossa carreira.

É urgente envolver diversas entidades públicas no apoio às nossas reivindicações para que possamos despertar a sensibilidade destas para um apoio incondicional às nossas lutas. Aliás, foi neste sentido que o Núcleo Regional da Madeira da ANS convidou algumas entidades madeirenses para se associarem à efeméride do "Dia Nacional do Sargento".

Saliente-se a presença honrosa do Sr. Presidente da autarquia da cidade do Funchal, Dr. Miguel Albuquerque "agraciado" pelo camarada Lima Coelho, com um medalhão da ANS. Esta cerimónia simples mas cheia de significado para os Sargentos, decorreu logo ao início do jantar-convívio. Este momento foi oportunamente aproveitado para sensibilizar o edil do Funchal sobre as gravíssimas dificuldades de natureza diversas com que se deparam muitos dos nossos camaradas e suas famílias. ▲



31 de Janeiro de 2004 - V.N.Barquinha

AÇORES

Nos Açores, as Comemorações do 31 de Janeiro decorreram em Ponta Delgada e na Praia da Vitória.

Os Delegados das Unidades, BA4 e RG1, da Ilha Terceira, decidiram este ano realizar o evento na Vila das Lages, Praia da Vitória, num dos Restaurantes locais, o qual decorreu de forma cordial, bem-disposta e de sã camaradagem.

A participação e disponibilidade dos Delegados estiveram sempre presentes, contando este ano inclusivé com a compreensão e colaboração dos Cmdt's de Unidade, para a divulgação do evento no interior destas Unidades (afixação de cartazes e comunicados) da Terceira.

Ficam sem dúvida lançadas as bases para a continuidade na realização de futuros eventos a realizar neste núcleo. ▲

TAVIRA

O 31 de Janeiro comemorou-se nas Pedras de El-Rei, em Tavira, com 48 Sargentos, com a presença de Sargentos dos quatro ramos das Forças Armadas. Pois é, a GNR, também é considerada um ramo, e nesse dia confirmou-se que todos somos Sargentos, seja de que Serviço, Arma, ou Ramo. Nós, os Sargentos, devemos-nos unir, criar força, motivação e tentar levar o barco a bom porto, pois sabemos o quanto nos é difícil vencer a maré, o quanto nos custa os desânimos sofridos ao longo de várias décadas, mas uma coisa nós temos a certeza: "Um Sargento que apenas busca a luz e deixa as

suas responsabilidades para os outros, acaba por não ser a estrela; um Sargento que mantém os olhos fixos e não olha para os seus camaradas, acaba cego, quando o deixa andar se torna um hábito, é difícil voltar atrás".

Muitas vezes temos que dar tempo ao tempo, mas há alturas que temos de arregaçar as mangas e resolver situações. Por isso, camaradas, se temos que ir à luta, de que estamos à espera, se perdemos alguma coisa, então estamos com sorte, porque a partir de agora, só temos a ganhar? ▲

BEJA

Celebrou-se em Beja, no dia 4 de Fevereiro, o Dia Nacional do Sargento com a participação da Força Aérea e do Exército e, ainda, com a presença da Guarda Nacional Republicana

As festividades, este ano a cargo da Força Aérea tiveram início num almoço comemorativo na messe de sargentos da BA11, que contou com a presença do presidente da ANS, SAJ. Lima Coelho, assim como os representantes do Exército e da GNR. No final foi partido um bolo de aniversário alusivo ao dia. Por fim e como vem sendo hábito as comemo-



31 de Janeiro de 2004 - Tavira

rações encerraram com um jantar convívio, o qual, este ano e com muita satisfação nossa, foi realizado no Clube de Sargentos da Força Aérea, na cidade de Beja, e que contou com a presença de 90 camaradas dos ramos já referidos e ainda de militares na reserva.

Em nota de roda pé, aqui ficam os nossos agradecimentos, em primeiro lugar ao Comandante da BA11, por todas as facilidades na realização deste evento, e para aqueles que contribuíram para o mesmo. ▲

PORTO

Decorreu, em 29 de Janeiro, no Centro de Apoio Social das Forças Armadas (CAS-Porto), o Jantar Comemorativo do Dia Nacional do Sargento dos Sargentos da Guarnição Militar do Porto. Estiveram presentes Sargentos pertencentes à EPT, RA5, QGRMN, RE3, CCSP, CAS-Porto, AM1 e Paços de Ferreira (FAP). O jantar decorreu de forma agradável, plena de camaradagem e culminou com a leitura da intervenção comum para as comemorações do 31 de Janeiro, e pelo "lembrar" do nosso camarada Nogueira, que nos deixou há bem pouco tempo.

No dia 31 de Janeiro, a ANS esteve representada pelo SAJ Leitão nas comemorações oficiais que tiveram lugar junto ao monumento evocativo da revolta existente no cemitério do Prado do Repouso, no Porto. Nesta cerimónia estiveram presentes, entre outros, o governador Civil do Porto, o vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, a Associação Cívica 31 de Janeiro, o Clube de Sargentos do Exército, a Associação 25 de Abril e diversas autoridades militares e civis. ▲

V. N. DE BARQUINHA

Este ano, sob o lema "Nunca desistir", realizou-se o tradicional jantar comemorativo do 31 de Janeiro de 1891, Dia Nacional do Sargento", no dia 28 de Janeiro,

num restaurante em Vila-Nova da Barquinha, organizado pelos delegados das unidades militares dos concelhos de Abrantes, Constância, Entroncamento, Tomar e Vila-Nova da Barquinha. Teve a presença de mais de duas centenas de Sargentos dos três ramos das FFAA. Foram convidados os partidos políticos com assento na Assembleia da República, as entidades políticas e militares da região.

A ANS esteve representada pelo presidente da Direcção, SAJ Lima Coelho, que agradeceu a presença dos ilustres convidados e de todos os camaradas Sargentos. Procedeu à leitura do texto comum, onde é feito o enquadramento histórico e a ligação ao actual momento em que se encontra a categoria de Sargento das Forças Armadas. Tal como há cento e treze anos atrás, é de novo, e sempre urgente, a participação activa de todos na definição e execução das medidas necessárias para encarar e vencer os obstáculos que enfrentamos pois, apesar do crescimento e reforço do movimento associativo, apesar dos ilusórios sinais de abertura que testemunhámos num passado recente, a vários níveis, não nos

iludamos! A causa, ou melhor, as causas porque são muitas, dos Sargentos não estão ganhas... Muitas batalhas se avizinharam, outras se reafirmam: a nível estatutário, a nível funcional e orgânico, a nível retributivo, e a qualquer outro nível que colida com os interesses e o bem estar da dignidade dos militares Sargentos.

Com grande emoção, foi evocado o camarada e dirigente da ANS, o SMOR João Nogueira, que no dia 23 de Janeiro faleceu vítima de doença prolongada, lembrando-se o quanto deu em prol da causa dos Sargentos. Foi feito um minuto de silêncio em sua memória e de todos os camaradas Sargentos que já nos deixaram.

O representante do PCP, Sérgio Ribeiro, e o representante do governador Civil de Santarém, Orlando Cavaco, teceram algumas palavras alusivas ao 31 de Janeiro de 1891, também conhecido por "revolta militar do Porto", em que os Sargentos foram os principais intervenientes, fazendo o despertar da chama da República. O dia 31 de Janeiro poderá vir a ser consagrado oficialmente o "Dia Nacional do Sargento", dado que o grupo parlamentar do PCP apresentou uma "proposta de resolução" na Assembleia da República.

No final do jantar foi simbolicamente cortado um bolo do 113º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891 que foi distribuído a todos os presentes, acompanhado de vinho espumante.

O presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, referiu ainda que a direcção da ANS está e continua empenhada na resolução dos diversos problemas que a categoria de Sargento tem, pelo que desengane-se quem pense que há um baixar de braços, porque desistir nunca e que irá lutar com todas as "armas" para a sua resolução. ▲

As comemorações do 31 de Janeiro e o enquadramento histórico

Armando Parreira (*)

Tem alto significado a participação dos nossos convidados na Comemoração do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento. A sua presença mostra que as formas de relacionamento, de cooperação e solidariedade, continuam a ser uma força essencial por um Mundo melhor. É necessário e oportuno expressar, a todos e a cada um dos nossos convidados presentes, o nosso respeito e a nossa amizade.

A Voz do Operário, o nosso obrigado pela fraternidade sempre demonstrada aos sargentos portugueses. A nossa felicitação e parabéns pelos seus 121 anos de vida, que se comemoram neste ano de 2004, em data muito próxima - 13 de Fevereiro. 121 anos de vida condigna, associados à construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, com mais cultura e sabedoria.

Também neste 31 de Janeiro, é nosso desejo juntarmos a nossa voz à homenagem nacional a Ary dos Santos, poeta da Revolução de Abril, pela passagem do vigésimo aniversário da sua morte. Poeta que foi um convidado presente na Comemoração do 31 de Janeiro há 23 anos atrás, em 1981, onde declamou ao vivo poesias suas para os sargentos.

Pela amizade do Poeta demonstrada aos sargentos portugueses, a nossa viva lembrança, de que, *"Agora, ninguém mais cerra as portas que Abril abriu"*.

Igualdade! Liberdade! Fraternidade!

Estes gritos desencadearam ódios e moveram paixões, arrastaram multidões. As más colheitas, as fomes, as epidemias, a miséria, o desemprego, agravados por guerras, acrescentaram motivos para o deflagrar de movimentos insurreccionais por toda a Europa.

O Poder Absoluto e os seus esbirros, faziam tudo para jogar estas revoltas pelo pão e pela vida.

Começava uma nova era. Nascia a oposição ao Poder Absoluto e construíam-se a ideologia que a fundamentava.

Uma Constituição, era um instrumento criador duma sociedade racionalmente organizada, uma emanção directa da soberania dos povos, uma forma de proteger a liberdade dos indivíduos e de limitar o poder dos governos e o abuso de autoridade dos governantes.

Estas ideias de Igualdade! Liberdade! Fraternidade! percorrem a Europa, galgam oceanos e incendeiam espíritos generosos.

Chegam também a Portugal. A Portugal, onde começou a alastrar uma nova consciência política.

A monarquia, precavida, passou a ser constitucional. O Poder Legislativo foi atribuído às Cortes. O poder Executivo foi confiado ao monarca e seus ministros. O Poder Judicial foi concedido aos Juizes.

Os problemas do povo, esses, continuaram por resolver. O mal-estar não fazia senão aumentar.

A monarquia constitucional, forçosamente, entra em decadência. O Republicanismo começa a despontar. Vão soprar novos ventos.

Em Janeiro de 1890 a Inglaterra lança o Ultimatum. É a resposta da Inglaterra à tentativa de Portugal de ocupar as terras entre a costa de Angola e a costa Moçambicana, o chamado "mapa cor-de-rosa".

O comportamento do governo foi considerado inadequado. A indignação foi geral. A República era urgente, assim dizia a inflamada propaganda dos republicanos.

Os sargentos, já faziam ouvir a sua voz por intermédio dos seus próprios órgãos de imprensa, os jornais "O SARGENTO"



e "A VEDETA", os quais deram um forte contributo à causa republicana.

O hino "A PORTUGUESA" é composto nesse ano de 1890 por Alfredo Keil, com letra do Oficial da Armada, Lopes Mendonça, com estrofes que terminam como as da "Marselheza", por um brado às armas:

ÀS ARMAS! ÀS ARMAS!
PELA PÁTRIA LUTAR!

E assim foi.

A Revolução Republicana do Porto, em 31 DE JANEIRO DE 1891, é uma data nacional, para todo o sempre. Afirmou a existência de uma causa com princípios, princípios predominantemente de opinião democrática, forjados através de inúmeras vicissitudes, com o objectivo de anular, em todos os domínios, a influência nociva de uma tradição que corria implacavelmente a sociedade portuguesa, a que veio juntar-se, por fim, a avidez desmedida pelo lucro e privilégios de ministros pouco escrupulosos.

Sendo uma afirmação da sociedade, a Revolta de 1891 não deixa de ser uma iniciativa que, legitimamente, pode ser reivindicada pelos militares. Foram inquestionavelmente militares que a fundaram e, os sargentos, tiveram uma importância determinante na Revolta.

Entre os 22 condenados em Conselho de Guerra, 14 eram sargentos.

Segundo historiadores, "A Revolta de 1891 foi efectuada por sargentos e cabos e enquadrada, e apoiada, pelo povo anónimo das ruas".

Sem dúvida, o 31 DE JANEIRO, pertence, para sempre, à biografia dos Regimentos. Foi de um efeito social profundo. Ficou a germinar, a partir daí, a Revolução esboçada em 1910 e aprofundada em ABRIL DE 1974.

Hoje, como ontem, estamos num tempo de sonhos sobressaltados, de promessas e procuras, onde os sofismas se impõem arditosamente, como sendo a interpretação da nossa vontade, necessidades e interesses.

É inquestionável que adquiriram importância relevante os chamados problemas globais, da paz ou da guerra, da fome, da doença, do desemprego.

A nossa volta, descaradamente, a fome alastra, a mentira manda, o fingimento impera. A miséria e a doença aí estão, agora em pleno Século XXI, atingindo milhões de humanos em todo o mundo e muitos compatriotas nossos, caídos em enxergas, escondidos em casebres ou perdidos nos ermos, quase sem água, grão ou côdea.

Os inegáveis números oficiais aí estão, a contar por milhões os nossos pobres, por centenas de milhares os desempregados ou os que morrem de frio; ou as vítimas da tuberculose, da SIDA e demais misérias de que somos os tristes campeões. Números que nos envergonham, amarguram e revoltam. Desumana inca-

pacidade do Estado para cuidar dos seus concidadãos.

Hoje, como ontem, a participação dos sargentos na linha de objectivos e valores essenciais, na procura da resolução de injustiças, de novas soluções para benefício da sua vida sócio-profissional e para a estabilidade da Instituição Militar a que pertencem, adquire, neste contexto da vida portuguesa, extraordinária importância.

Hoje, 31 de Janeiro de 2004, é bom recordar o que alguns querem fazer esquecer.

Ninguém pode contestar, que na busca de uma vida melhor e digna e na salvaguarda dos interesses do País, os sargentos sempre se expuseram na perspectiva do futuro, com ideias e acções insertas nos valores da República e no Movimento das Forças Armadas que, em 25 DE ABRIL DE 1974, restituiu a soberania ao Povo Português criando novas realidades de progresso na Instituição Militar e no País.

Hoje, como ontem, defendemos a República e a subordinação do Estado à Constituição.

Constituição da República Portuguesa, viva e dinâmica, que corresponde às aspirações do povo de Portugal, tendo em vista a construção de um País mais livre, mais justo e mais fraterno.

Hoje, como ontem, entendemos ser imprescindível a participação, cada vez mais profunda e consciente, de todos os militares na resolução dos problemas internos que lhes dizem respeito e nas diferentes fases preparatórias da decisão.

Torna-se para isso fundamental a permanente troca de informação entre todos os escalões hierárquicos. Só deste modo se elevará a competência generalizada no seio das Forças Armadas. Se conseguirá uma disciplina cada vez mais consentidamente reforçada e uma decisão de qualidade superior. Tudo isto em benefício do prestígio da Instituição Militar aos olhos da Nação, que só assim reconhecerá a razão da existência das suas Forças Armadas. Mas para que tal se torne possível, é indispensável restabelecer, previamente, a tão fustigada e abalada confiança dos sargentos, de todos os militares, no Órgão Superior da Administração Pública. Na administração da Justiça e disciplina militares. Nas barreiras hierárquicas ao pensar e expressar livremente as ideias, sem receios de prejuízos profissionais e sociais.

Hoje, 31 de Janeiro de 2004, gostaríamos muito que houvesse inteligência, estratégia e determinação, a favor da Instituição Militar. Gostaríamos de ver uma política de desenvolvimento, pensada, conhecida e assumida.

Mas, infelizmente, o pragmatismo das opções para a reestruturação, renovação e modernização das Forças Armadas tem sido sempre demasiado fechado, frio e insensível.

Apesar de falarmos de Forças Arma-

das, é bom de ver, que é também de pessoas de que se trata, e não só de material obsoleto a abater. Reestruturar e modernizar não será somente abater e renovar material e equipamento. Há que pensar mais no pessoal. Há que assumir, e mais conscientemente, as verbas indispensáveis e necessárias ao sector humano.

As condições sociais e económicas Pessoal das Forças Armadas não podem nem devem, sofrer mais cortes nas garantias e nos vencimentos.

Pelo contrário, deve ser feita a harmonização célere com as Forças Armadas congéneres que acompanhamos nas reuniões europeias e internacionais, indo encontro da dignificação do militar português.

Também o Estatuto da Aposentação, uma vez chumbado, outra vez promulgado pelo Comandante Supremo das Forças Armadas, também fere gravemente os militares. O Estatuto da Aposentação deveria sim, acompanhar o contexto social e fraterno da história contemporânea e não estatuir a ingratidão e a hipocrisia de administrações públicas ditadas em modernização.

Poderíamos falar aqui de questões várias sobre este ponto - PESSOAL, sério agravamento do custo de vida, redução injuriosa dos salários dos militares por anos a fio consecutivos, afronta dos salários de milhares e milhares de euros mensais dos gestores, administradores e assessores da Administração Pública, etc. etc..

Mas agora, o que mais nos interessa no momento, são os direitos e a necessidade de dignificação profissional, donde se bressai o alinhamento da carreira dos sargentos dentro da Instituição Militar. Sabendo bem que, nada do que nos rodeia nos pode ser indiferente e, que absurdo o isolamento.

Aos homens e mulheres sargentos incumbe viver e lutar, é certo. Mas também pensar e, acima de tudo, manter coragem sem que nunca nos abandone a certeza de que, com trabalho e perseverança, baseados na justiça e igualdade haverá a globalização dos princípios de democracia, da solidariedade e do Estado de Direito. Cientes sempre de que liberdade não é apenas vítima daquel que a atacam, mas também daqueles que a não defendem.

Aos sargentos incumbe a obrigação moral de falar. De falar claro, alto, solenemente expondo e discutindo.

Aos sargentos incumbe reclamar do Estado o respeito pela sua dignidade e cidadania, como elementos das Forças Armadas a quem incumbe defender a Pátria com o sacrifício da própria vida. Devem merecer estatuído ao militar e que deva merecer cuidada atenção do Estado.

Aos sargentos incumbe reclamar do Estado respostas justas e consentâneas com as suas propostas para colmatar as injustiças sofridas e de que têm sido alvo quase permanente.

Reclamar a reparação célere das várias anomalias e deficiências de legislação e específica, que muito os tem prejudicado profissional, social e economicamente.

Reclamar do Estado o Direito Fundamental do Princípio da Igualdade, perante as leis e dentro da Instituição Militar concedendo-lhes um horizonte da sua vida profissional.

Incumbe aos sargentos construir com os seus concidadãos. Construindo com firmeza e determinação, com a sua autenticidade e identidade única, próprio do velho e do novo sargento português com confiança inabalável no futuro democrático de Portugal. ▲

(*) Director de "O Sargento" ▲

O caso do navio Hermenegildo Capelo

Prepotência a bordo

Nos dias actuais, em que tanto se fala em cultura organizacional, em integração e valorização do factor humano, em mais e melhor formação nos locais de trabalho, em que na Armada, com realce para os Anais do CMN, se discutem os recursos humanos numa óptica de valorização dos homens, em que se discutem as lideranças e os perfis dos líderes, vem a prática nua, e desta vez cruel, mostrar que, afinal, toda a discussão não passará em muitos casos de palavras vãs ao vento.

Durante uma missão de SAR do NRP Hermenegildo Capelo aconteceu o impensável à luz das novas teorias de liderança e gestão de recursos humanos.

Acabado de chegar a bordo, um cabo

Reposição da verdade

Actualização das ajudas de custo

A comunicação social deu com realce a notícia da assinatura da Portaria que actualiza os valores para as ajudas de custo aos militares que sejam obrigados a deslocar-se no País e no estrangeiro, tendo merecido à ANS alguns comentários, sob pena de estar a alimentar, no mínimo, um conjunto de mistificações em claro desfavor da verdade. Assim:

1. As ajudas de custo para os militares não eram actualizadas desde 2001, contrariamente ao que acontecia com os restantes agentes da Administração Pública, que viram as suas ajudas de custo actualizadas ano após ano.

2. As ajudas de custo para os militares não têm incidência somente quando em deslocação no País ou no estrangeiro, mas reflectem-se num conjunto variado de suplementos, nomeadamente: suplemento de residência; subsídio de embarque; subsídio de transferência, pelo que todos estes suplementos vinham a ser prejudicados pela reiterada não actualização das ajudas de custo.

3. Alguma imprensa escrita ousou mesmo considerar que esta actualização se tratava de "aumentos para os militares", confundindo deste modo a já tão confundida opinião pública. Outro artigo de imprensa dava ênfase à preocupação que as chefias militares tinham sobre o assunto dando a entender que a assinatura da Portaria se devia em exclusivo ao seu empenho junto do MDN.

4. A ANS não querendo diminuir o mérito que a acção das chefias teve no desfecho desta matéria, por imperativo da verdade, quer relembrar que vinha denunciando o atraso desta actualização desde 2002, quer junto do MDN, quer junto das chefias militares e que ainda muito recentemente o fez junto do CEM-GFA, SEDAC e CEMFA, assim colocados por ordem cronológica das reuniões tidas com estas entidades.

5. A Portaria em causa tem aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2004, ficando por isso por resolver os atrasos relativos a 2002 e 2003, de modo a que os militares sejam tratados de forma igual aos demais servidores do Estado.

Não preocupa quem colhe os louros de determinadas vitórias. Preocupa mais que a justiça seja aplicada aos nossos camaradas. Porém, entendem os Sargentos de Portugal que a VERDADE deve prevalecer, sempre! ▲

CM avisou o respectivo chefe de serviço e, através deste o comando, que o seu sogro estava doente em fase terminal e que a sua família não poderia prescindir dele em caso de morte. Que sim, que esse facto seria tido em consideração; e mesmo antes de a rendição se ter consumado, com ambos os cabos CM a bordo, passados dois dias o navio parte para missão de SAR.

Durante a navegação, o homem recebe um telefonema informando-o do falecimento do seu sogro. Comunica-o de imediato ao seu chefe de serviço que faz subir a informação, que entretanto chega ao navio também via oficial pelo Comando Naval.

Perante os factos, e o compromisso verbal aquando da sua apresentação a bordo, o cabo pede para desembarcar a fim de ir auxiliar a sua família naquele momento doloroso, autorização que lhe é negada por "não haver condições", seja lá isso o que for pois não foi explicado. Não obstante haver uma embarcação da Brigada Fiscal da GNR nas imediações que, contactada pelo oficial de quarto, se prontificou a ajudar a desembarcar o camarada; apesar de removido este obstáculo, o desembarque continuou a não ser autorizado pelo comandante por "não haver condições".

Perante este facto prepotente e despropositado a guarnição indignou-se e espontaneamente e individualmente resolveram, cada um de *per si*, usar do direito à indignação não comparecendo à refeição do almoço, num gesto que acabou por ser unânime reunindo a totalidade do Corpo de Sargentos e as Praças.

Perante esta situação a atitude continuou de prepotência e de uso indevido dos mecanismos de regulação da disciplina. Mais uma vez do RDM o comando só leu a aplicou o art. 4.º dos deveres dos militares, ignorando e mesmo à revelia do seu art. 2.º, que versa os deveres

dos chefes. Resultado: Pressão sobre os chefes de serviço para repremirem os seus homens; instauração de processos disciplinares aos sargentos e praça mais antigos e ao despenseiro e destacamento urgente destes homens.

Mas a perseguição continua: mantém-se uma pressão sobre a guarnição não lhes permitindo o uso de dias de dispensa de serviço, sendo até que alguns camaradas que necessitaram mesmo de algum tempo de dispensa, tiveram de usar *meios dias* de licença de férias.

Antecedentes

Algumas pessoas, embora incompreensivelmente, podem ser levadas a considerar que sendo este um problema com uma praça, os sargentos não deveriam ter assumido nenhuma posição.

Nada mais errado, por vários motivos. Primeiro, porque as pessoas que assim pensam partem do pressuposto errado de que alguém teria decidido colectivamente sobre o que fazer, o que não sucedeu. Segundo, porque a solidariedade espontânea como a que se gerou motivada pela prepotência nunca tem em conta os postos mas as pessoas, os seres humanos no que em si há de mais puro e nobre. Terceiro, se os pontos anteriores ainda assim não mereceram a concordância pode sempre acrescentar-se a velha máxima *das barbas do vizinho a arderem* — mas não foi isso.

Mas, para uma atitude prepotente de um comandante merecer uma resposta unânime da guarnição, é porque há certa certeza antecedentes que a justifiquem. Desde todas as pequenas e grandes represálias sem nexos nem justificação exercidas sobre a guarnição só possíveis da parte de quem não tem sensatez suficiente para usar a espada que simboliza a honra e a nobreza que devem caracte-



rizar quem comanda, até esta gota de prepotência final que fez estravazar o que há muito era pressentido mas estava contido por nobreza da guarnição que, a todos os títulos tem tido um desempenho meritório, a merecia um comando ao seu nível.

De entre as muitas represálias e só a título de exemplo, destaca-se o facto de por avaria de um motor eléctrico que poderia ser facilmente substituído por pessoal de bordo ou adoptar outra solução técnica, mas que o comandante não autorizou obrigando a guarnição a navegar vários dias com a água fechada e com os tanques da aguada atestados.

Todos aceitamos os sacrifícios necessários para o cumprimento das missões que nos são atribuídas e nunca isso esteve ou estará em causa pela nossa parte; mas impor sacrifícios gratuitos às guarnições é, isso sim, pôr em causa o espírito de abnegação e de sacrifício, é motivar que, amanhã, quando tal sacrifício se revelar necessário, as guarnições não o compreenderão, é pôr em causa o exercício da função de comando e de chefia.

Contra isto todos estaremos, certamente, de acordo, oficiais, sargentos e praças que amam a Marinha e a profissão de marinheiros que todos abraçamos, porque quem assim procede põe em causa a essência da profissão de ser militar, profundamente altruísta que exige, em circunstâncias extraordinárias todos os nossos sacrifícios, mesmo o da própria vida.

Um Sargento da Armada ▲

Carta Aberta

Presidente da República Portuguesa, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Presidentes Grupos Parlamentares

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2004

Nos termos da lei vem a requerente apresentar a seguinte **petição** a Vossas Excelências.

Sou cônjuge de um militar. Para mim a família é concebida como uma riqueza, um bem fundamental, principalmente nos dias que correm.

Bem sei que existe a crise do Estado-Providência contido no nosso lar redescobrem-se as virtudes da solidariedade familiar, ele é um espaço de cultura e um veículo de civilização. Como uma mulher solidária é a que age sabendo que deve agir tenho o imperativo moral de denunciar os factos que ocorreram no navio da Armada Hermenegildo Capelo.

Em meados de Janeiro de 2004 o navio Hermenegildo Capelo encontrava-se fundeado em Cascais, quando um militar da categoria de praças da Armada veio a ter conhecimento do falecimento do seu sogro. De imediato pede ao seu superior hierárquico autorização para se poder ausentar do navio, uma vez que a lancha da Brigada Fiscal se encontrava ali ao lado do navio fundeado.

Recebeu como resposta: "Não pode e pode dizer à sua família que tem um imediato filho da p... que não o deixa ir".

O militar fica estupefacto perante esta atitude fria e completamente desumana, aliás já recorrente neste Comando, com idênticos episódios, que cabe investigar a quem de direito e ocorridos noutros navios.

A guarnição, ao ter conhecimento deste perverso acto, solidária com este militar decide não almoçar.

Perante uma adesão total na categoria de praças e sargentos, cerca de 180 homens da guarnição, o Comandante Casqueiro Sampaio decide abrir interrogatórios sucessivos e processos disciplinares aos seus subordinados.

Tão célere na perseguição, irado, certamente, esqueceu-se que uma decisão de tal quilate tem que ser encimada numa opinião leal, oportuna, fundamentada, HUMANA E LEGAL, aliás na senda do

que determina o Regulamento de Disciplina Militar, no seu art.º 2.º:

"1. Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e vigora pela consciência dessa missão, pela observância das normas de justiça e do cumprimento exacto dos deveres, pelo respeito dos direitos de todos, pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo.

2. Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso algum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. Serão responsáveis pelas infracções praticadas pelos subordinados ou inferiores, quando essas infracções tenham origem em deficiente acção de comando.

3. O superior, nas suas relações com os inferiores, procurará ser para eles exemplo e guia, estabelecendo a estima recíproca, sem contudo a levar até à familiaridade, que só é permitida fora dos actos de serviço.

Tem ainda por dever curar dos interesses dos seus subordinados, respeitar a sua dignidade, ajudá-los com os seus conselhos e ter para com eles as atenções devidas, não esquecendo que todos se acham solidariamente ligados para o desempenho de uma missão comum."

O Direito à assistência à família na morte, e os direitos com ele conexos devem ser contados, entre os direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias (cf. artigo 17.º da CRP) e, por outro, entre os direitos fundamentais derivados, de tal modo que, uma vez obtido um determinado grau de concretização, este não possa ser reduzido.

Fala-se em direitos fundamentais derivados a propósito de direitos sociais e culturais, que tenham obtido um determinado grau de concretização e que, nessa medida, passam a beneficiar do regime dos direitos, liberdades e garantias.

O Estado, os seus órgãos e agentes - devem tomar as medidas adequadas a sua efectivação destes direitos - eis o motivo da feitura da presente **petição** a Vossas Excelências, pelo que VEM requerer a investigação do presente caso, porque os princípios da honra e da humanidade são muitos os que os manifestam mas poucos os que os praticam.

Com os melhores cumprimentos,

Uma leitora identificada ▲

Fundo de Pensões Complemento de Reforma Assistência na Doença e Apoio Social

Realizou-se, no Auditório do IASFA - CAS, em Oeiras, no dia 18 de Fevereiro, um debate sobre Fundo de Pensões, Complemento de Pensão de Reforma, Assistência na Doença e Apoio Social, uma iniciativa da AOFA e da ANS, que contou com as participações do MGEN Mila Filipe (último militar na Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões), representantes da ANS, da AOFA e da ASMIR, entre outros.

A Direcção da ANS lançou aos Sargentos das Forças Armadas o seguinte repto:

Sabes:

• Qual é o estado do Fundo de Pensões? Qual a sua finalidade, como funciona e para o que poderá vir a servir?

• Que não se encontra a ser pago, conforme estabelecido pela Lei, o Complemento de Pensão de Reforma (que assegura o pagamento de 100% da remuneração do activo até aos 70 anos, para os ingressados no QP até Janeiro de 1990)?

• Qual a verdadeira dimensão da degradação da Assistência na Doença e do Apoio Social devidos pelo Estado e que consideramos legítimos nos termos da Condição Militar?

Já te apercebes-te que:

↳ Há atrasos de muitos meses no pagamento das participações. Sabes a que se deve?

↳ Há demoras significativas para conseguir a marcação de consultas?

↳ Há parcelas dos Hospitais militares que se encontram alugadas aos seus congéneres do Serviço Nacional de Saúde, o que dificulta o internamento dos que servem nas Forças Armadas?

↳ Por falta de alojamentos, a reforma da Instituição Militar pode determinar o acréscimo das situações de separação das famílias?

POIS É!... Esta matéria merece a tua atenção!

A situação económico-financeira das ADM's é deveras preocupante. Especula-se na existência de uma dívida enorme a fornecedores e prestadores de serviços, razão pela qual têm vindo a ser cancelados um sem número de acordos entre clínicas especializadas e as ADM's. Muito recentemente soube-se que o Laboratório J. M. Farmacêutica não forneceu as vacinas BCG por falta de pagamento de fornecimentos anteriores, o que impossibilitou a vacinação de inúmeros militares. Conhece-se uma dívida ao IASFA que em finais de 2002 ascendia a 3 659 740 Euros. O atraso no pagamento das participações relativas a exames, próteses, tratamentos e outros actos médicos, com particular incidência na ADME, é de cerca de um ano. Nos últimos anos foram descompensados centenas de medicamentos e as farmácias militares, pelo menos na Marinha, começaram a cobrar 25% do valor dos medicamentos fora da chamada tabela de emergência, que nem sequer é do conhecimento geral. A actualização dos cartões de beneficiário das ADM's para os nossos camaradas reformados está a ser feita com um atraso inexplicável - cerca de 5 meses, por enquanto - sem lhes ser passada uma credencial provisória, impedindo deste modo, o acesso destes camaradas ao sistema de saúde.

Serão estes os mecanismos alternativos à desorçamentação do sistema de saúde militar que temos assistido nos últimos anos?

Se assim é, estamos completa e totalmente em desacordo e penso que todos compreenderão a nossa exigência no que respeita à tomada de medidas que solucionem estes graves quanto escandalosos problemas, porque para nós a existência do sistema de saúde militar e das ADM's é um direito fundamental e inalienável da família militar. ▲

Novos Órgãos Sociais da ANS e Programa de Intenções

Decorreram, no dia 31 de Janeiro, as eleições para o mandato do biénio 2004 / 05 dos Órgãos Sociais da ANS, tendo-se apresentado a sufrágio uma única lista, apresentada pela Direcção cessante, tendo tomado posse em 17 de Março (foto).

Os proponentes da lista afirmaram querer "tornar público o grande apreço pelo trabalho, esforço, abnegação, engenho e entrega demonstrados por todos os que antes de nós conduziram os destinos desta nossa ANS.

"O enorme prestígio que a nossa Associação soube granjear, ao longo destes anos, junto de todos os militares em geral e dos Sargentos em particular, é fruto de uma postura de rigor, disciplinada e disciplinadora, coerente e corajosa, que contribuiu para a dignificação da Instituição Militar e de todos os Sargentos."

PROGRAMA 2004/2005

A ANS desde o primeiro momento que definiu como objectivo principal a luta pela Dignificação dos seus associados e da Instituição Militar. Na procura de alcançar este objectivo, adoptámos no ano que terminou o lema "Formar, Cumprir, Progredir", mas face à ausência de resultados objectivos e positivos, somos forçados a adoptá-lo de novo para este ano, pois a nossa luta mantém-se a mesma.

Ligação aos Associados

▲ Melhorar o funcionamento das CPR's e através delas a ligação com os delegados das unidades;

▲ Dinamizar e organizar os núcleos de sócios existentes e criar outros onde o aglomerado de sargentos o justifique, procurando incentivar a autonomização do trabalho dos delegados nos núcleos;

▲ Criar e distribuir um cartão de delegado da ANS, dando por esta forma relevo e crédito à sua actividade;

▲ Dinamizar e melhorar o uso do correio electrónico como ligação mais expedita com os sócios;

▲ Dinamizar as campanhas de regularização de quotas e de admissão de novos sócios;

▲ Divulgar e otimizar o uso do Boletim Informativo junto dos delegados, procurando motivá-los a participar activamente na sua feitura;

▲ Divulgar e otimizar o uso da página oficial da ANS na Internet.

Questões sócio-profissionais

Tendo ainda como linha de orientação o "Caderno de Aspirações" aprovado no 3.º Encontro Nacional de Sargentos, e observando de muito perto o preceituado na Lei Orgânica n.º 3, de 30/ 08/2001, procuraremos acompanhar e intervir nas seguintes matérias:

▲ Alterações ao EMFAR;

▲ Regulamentos de Avaliação e Mérito;

▲ Lei de Bases da Disciplina e Justiça das FFAA, e consequentemente do RDM e CJM;

▲ Sistema Retributivo;

▲ Formação e desenvolvimento profissional;

▲ Suplemento de Residência;

▲ Higiene e Segurança no Trabalho;

▲ Custos da Insularidade;

▲ Prosseguir o debate iniciado no I Encontro Nacional de Delegados, para tipificação e unificação da "Carreira de Sargento" em todas as suas vertentes;

▲ E em todas as matérias e áreas que aos Sargentos digam respeito.



Tomada de posse O. S. ANS

Outras actividades

▲ Aprofundar o relacionamento com a EUROMIL por forma a potenciarmos a profícua troca de informações e experiências veiculadas pelas organizações constituintes.

▲ Reforçar e dinamizar o Convénio de Évora, com associações congéneres nacionais e espanholas;

▲ Aprofundar o relacionamento com as organizações de militares e militarizados existentes em Portugal, nomeadamente, AOFA, ASMIR, ANCE, APA, ANMM e Clubes;

▲ Manter e promover as comemorações do 31 de Janeiro, pugnando pelo seu reconhecimento formal e oficial como "Dia Nacional do Sargento", e do 10 de Junho, aniversário da ANS;

▲ Promover colóquios, debates e outras iniciativas sobre temáticas de interesse dos Sargentos;

▲ Promover e dinamizar protocolos com benefícios para a categoria de sargento, e dos sócios em particular;

▲ Tornar a página na Internet um espaço de diálogo entre a ANS e o mundo exterior;

▲ Promover, divulgar e estimular a prática da "cultura ANS".

Jornal "O Sargento"

O nosso jornal completa 13 anos de edição neste 31 de Janeiro. Durante este período tornou-se no principal veículo informativo da ANS, tendo adquirido um enorme prestígio junto dos Sargentos bem como da restante Instituição Militar e dos Órgãos de Soberania. Deste modo propomo-nos:

▲ Continuar este projecto editorial;

▲ Estabelecer contactos com todas as bibliotecas públicas;

▲ Reforçar e dinamizar o corpo redactorial. ▲

Órgãos Sociais da ANS biénio 04/05

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: SCHF Manuel João Teixeira da Silva - EXE

V. Presidente: 1SAR Augusto Manuel Gil Tomás - FAP

Secretário: 1SAR António Manuel Queimado Ramos - EXE

Vogal: 1SAR António Carlos Vidal - ARM

Vogal: SAJ Américo Rafael Lopes da Silva - EXE

CONSELHO FISCAL

Presidente: SMOR Joaquim Varino da Ponte - ARM

Secretário: 1SAR António Orlando Lima Ribeiro - FAP

Relator: SCH Domingos Paixão da Eugénia - EXE

Vogal: SAJ João Maximino Pedro Moraes - EXE

Vogal: 2SAR António M. de Campos Dias - ARM

DIRECÇÃO

Presidente: SAJ António Manuel Gavino Lima Coelho - FAP

V. Presidente: SMOR Álvaro José Félix Martins - ARM

V. Presidente: SMOR Ernâni Luís Valoura Balsa - EXE

V. Presidente: 1SAR José António Gouveia Pereira - FAP

Tesoureiro: SAJ José Domingos Gomes Coutinho - ARM

Secretário: 2SAR Marco Paulo Pinto Guimarães - ARM

Secretário: SCH Carlos Filipe Fernandes de Carvalho - EXE

Secretário: SMOR Carlos M. da Silva Gervásio Rolão - FAP

Vogal: SAJ João Luís Fura Pelado - EXE

Vogal: 1SAR Rui Manuel Serrazina Esteves - EXE

Vogal: SAJ Carlos Jorge Caetano Novais - EXE

Vogal: SAJ Mário A. Rodrigues Correia Pereira - EXE

Vogal: 1SAR Ricardo Jorge A. Braz Castanheira - FAP

SUPLENTE

1SAR José Fernandes Gonçalves - FAP

SAJ José Paulo Gonçalves Leitão - EXE

SAJ Isidoro Soares Teodoro - ARM

1SAR António F. de Assunção Fernandes - FAP

SAJ Eliseu dos Santos Leitão - EXE

1SAR Paulo Jorge Lopes d'Assunção - ARM

2SAR Maria Salomé do V. Ribeiro Pereira - FAP

SAJ Álvaro Herculano Moraes - EXE

SAJ José António Lopes Maia - ARM

1SAR Paulo Jorge de Jesus M. Leonardo - FAP

SCH José Pinto Angélico - EXE

1SAR Alberto Mateus da Costa - ARM

1SAR João Vasco Correia Mesquita - FAP

SCH Carlos Alberto de Sousa Almeida - EXE ▲

Notícias do MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Clube do Sargento da Armada comemorou 29.º Aniversário



No dia 22 de Fevereiro, na sua sede social, situada numa das freguesias mais típicas da cidade de Lisboa, S. Vicente, decorreu o 29.º aniversário do CSA - Clube do Sargento da Armada.

A abrir e a encerrar a sessão solene esteve o Coro Polifónico do CSA, a deleitar os presentes com melodias bastante agradáveis, e com qualidade assinalável. Da cerimónia, para além dos discursos e intervenções de circunstância, assinala-se a entrega de alfinetes de lapela e plomas aos sócios que fizeram 25 anos de associado.

A encerrar, foi servido um lanche, pois, no dizer dos dirigentes que usaram da palavra, depois de alimentar a alma também necessário alimentar o corpo. Durante o mesmo foi cortado o tradicional bolo de aniversário e servido esmante, tendo os presentes cantado com ânimo e muito lor humano o "Parabéns ao CSA".

Estão de parabéns os nossos camaradas do CSA, pela obra que vêm construindo, e a quem a direcção do jornal "O Sargento" deseja as maiores felicidades e força para que continuem o trabalho em prol da causa que abraçaram. ▲

4.º Aniversário da Associação de Praças da Armada



Decorreu, no passado dia 2 de Março, no restaurante do Centro de Congressos da AIP, na Junqueira, em Lisboa, a cerimónia do 4.º aniversário da APA - Associação de Praças da Armada.

De realçar o crescimento, o dinamismo e a excelente capacidade de organização demonstradas pelos nossos camaradas. Notória também a confiança demonstrada

na sua associação pelas duas centenas de homens e mulheres presentes.

Da mesa faziam parte, para além dos inerentes membros dos órgãos sociais desta associação e do seu gabinete de

apoio jurídico, o representante do CEMA, membros de vários partidos com representação na Comissão de Defesa, representante da CML, representantes da AOFA, ANS, ANMM e CPA.

O jantar seguiu-se a um período dedicado a intervenções do Presidente da Direcção da APA e de vários convidados. Depois de partir o bolo de aniversário, ao som da "saudação dos artilheiros", a APA, de surpresa, decidiu atribuir dois prémios, "Dedicação e Empenho" e "Homenagem", a quatro sócios e colaboradores, José Marques e Paulo Galrito, e José Matias e Carlos Nicolau, respectivamente, e ainda o "Prémio Associativismo" com que foi agraciado Lima Coelho, presidente da direcção da ANS.

Para finalizar a comemoração realçamos a actuação da Banda da Armada, que empolgou os presentes com uma actuação ao nível que esta banda militar já nos habituou. Estão de parabéns os nossos camaradas Praças da Armada pela associação representativa que têm. Aos membros dos órgãos sociais em especial, e aos seus sócios em geral, a direcção do jornal "O Sargento" deseja as maiores felicidades e força no caminho que ousaram tomar. ▲

Actividade DESPORTIVA

ANS nas corridas de Aventura

A ANS participa na Taça de Portugal de corridas de Aventura desde 2001, tendo, nesse ano, conseguido um brilhante 6.º lugar entre as 60 equipas nacionais.

As corridas de Aventura são uma nova modalidade desportiva por equipas, constituídas de 3 a 5 elementos, podendo estas serem também equipas mistas. Tendo como princípio Desporto-Aventura-Natureza, envolve disciplinas, tais como, orientação, canoagem, BTT, escalada, rappel, slide, tirolesa, patins em linha, tiro com arco, entre outros.

Existem dois tipos de corridas:

- **Raid Aventura:** provas com duração superior a 4 dias, em regime "non-stop", com o tempo sempre a decorrer;

- **Corridas Aventura:** provas com duração não superior a 36 horas efectivas de competição e com percursos com distâncias a percorrer entre 150 a 200 quilómetros.

Na foto, a equipa ANS: Américo Pereira, Paulo Lamego, Barroso Gomes e Humberto Santos. ▲



Cartas dos LEITORES

Página da ANS na Internet

Olá Camaradas,

Não posso deixar de dar os meus parabéns pela maneira como decorreu o Encontro dos Sargentos da região de Lisboa, em que as questões foram levantadas duma maneira bastante elevada, em que foram discutidos problemas bastante relevantes e que afectam os Sargentos deste país, e em que senti particularmente, que todos nós nos galvanizámos acerrimamente, com um esplêndido e salutar confronto de ideias e opiniões, mas que terminámos todos numa união para as lutas difíceis que se avizinham.

Mais uma vez os meus sinceros parabéns pela forma como decorreu o Encontro, e uma palavra pela nova introdução ao site da ANS. O lema Formar, Cumprir, Progredir, merecia em justa hora, este tipo de destaque.

Estamos todos de Parabéns,
Saudações Associativas
3 de Novembro de 2003

Marco Guimarães



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia 13 de Abril de 2004, pelas 19.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2003.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2004.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 15 de Março de 2004

O Presidente da Assembleia Geral
Manuel João Teixeira da Silva

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta - Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Abitação, Crédito Pessoal, entre outros. Obtenha informações junto de qualquer filial do Grupo Totta. ●

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas são na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, de escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Velocidade Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, Motril, Lda, para a venda de caravanas autocaravanas, acessórios e material de posição. Descontos a sócios da ANS de 10% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em

acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A
Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ **Sulpneus**, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus

familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodôncia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Fragoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. ●

Informa-te junto da ANS. ▲

"Alteração ao âmbito de Aplicação Pessoal da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, que Regula o Regime Jurídico dos Períodos de Prestação de Serviço Militar de ex-Combatentes, para efeitos de Aposentação e Reforma"

Audição parlamentar da ANS pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República

A ANS convidada pela Comissão de Defesa Nacional a pronunciar-se sobre dois Projectos de Lei e uma Proposta de Lei sobre o âmbito de aplicação da Lei n.º 9/02, de 11 de Fevereiro. Estas matérias mereceram à ANS o seguinte comentário:

A Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, relativa ao regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma, prevê um âmbito de aplicação pessoal restritivo, gerador de desigualdades entre ex-militares que combateram nos mesmos territórios e nos mesmos períodos, deixando ainda de fora outros ex-militares que serviram a Pátria, nos mesmos períodos mas em locais diferentes dos que a referida lei contempla.

Concretamente, a lei em vigor deixa de fora do seu âmbito os ex-militares que vieram posteriormente a emigrar, bem como aqueles que não são subscritores da Caixa Geral de Aposentações nem beneficiários do regime de pensões do sistema público de segurança social, designadamente bancários, advogados, solicitadores e jornalistas.

A lei em vigor deixa ainda de fora todo um conjunto de ex-militares que serviram a Pátria, no período que decorreu entre 1961 e 1975, e que não foram mobilizados para as zonas consideradas de prestação de serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo, no caso Guiné, Angola e Moçambique.

Quanto a nós, esta discriminação não faz sentido, porque todos os ex-militares, independentemente do local ou locais em que prestaram serviço, estiveram envolvidos no esforço comum de guerra, contribuindo com o seu sacrifício para o cumprimento da missão, sustentando um conjunto de importantes tarefas de retaguarda, nomeadamente na formação de novos militares, responsabilidades no sector logístico, de segurança e mesmo na missão mais nobre da defesa da soberania nas restantes partes do então todo nacional.

As zonas consideradas de prestação de serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo, designadas normalmente por zonas de campanha merecem efectivamente uma especial atenção, por isso, o legislador conferiu-lhes um aumento de tempo de serviço compensatório dessas mesmas condições.

A ANS reconhece o mérito devido aos autores dos projectos e da proposta em apreço, por terem reconhecido que a lei em vigor gerou discriminações, também em nosso entender, injustificadas e injustas.

Queremos acreditar, após atenta leitura dos projectos e proposta em apreço, ser possível a esta comissão encontrar o consenso necessário por forma a que a futura lei definitivamente deixe de discriminar homens que durante o mesmo período temporal serviram o seu país nas Forças Armadas.



E AGORA SRS. DEPUTADOS?

A petição entregue pela ANS em Março de 2001, na Assembleia da República apoiada por 6277 assinaturas e posteriormente reforçada por mais cerca de 1700, subiu hoje (dia 5 de Março) a plenária para "discussão".

O agendamento surpresa da nossa petição foi-nos comunicado na véspera, por ofício do Secretário da Mesa da Assembleia da República, surpresa aliás extensiva aos próprios deputados da Comissão de Defesa.

As expectativas geradas por este agendamento rapidamente se transformaram em frustração para a delegação da ANS, presente nas galerias da Assembleia da República.

Os grupos parlamentares com assento na Comissão de Defesa Nacional, nas pessoas dos deputados Rodrigo Ribeiro (PSD), Marques Júnior (PS), Paulo Veiga (CDS/PP) e Bernardino Soares (PCP), foram unânimes no reconhecimento da justeza da generalidade das propostas contidas na petição, no reconhecimento da elevada acção dos Sargentos de Portugal e da sua associação de classe na conquista do direito de associação sócio-profissional dos militares, de tal modo que mais parecia estarmos perante uma "louvação" do que a assistir à discussão da nossa petição.

Posto que estava o elogio ao nosso comportamento e atitude, aguardávamos o debate das propostas formuladas na nossa petição quando, para surpresa nossa, se inicia a discussão de uma outra petição, deixando-nos sem qualquer decisão e sem respostas objectivas às questões concretas contidas na petição bem como a perguntas formuladas pelo deputado Bernardino Soares.

A ANS tem a profunda convicção de que não foi prestado um bom serviço à democracia e ao País, quando um conjunto de cidadãos, neste caso cerca de oito mil, que em quase desespero de causa por verem as suas carreiras profissionais estagnadas e sem perspectivas de evolução, se dirigem à Assembleia da República - casa mãe da Democracia - e obtêm esta frustrante resposta.

É lícito que questionemos: E agora, senhores deputados...? Acabou-se...? O conteúdo da nossa proposta morreu assim?

A ANS e os Sargentos de Portugal entendem obviamente que não! Tudo faremos para que quem de direito as estude, avalie e lhes dê o encaminhamento que o mais elementar sentido de justiça obriga, mormente depois do público elogio que lhes foi dirigido unanimemente pelos grupos parlamentares com assento na Comissão de Defesa Nacional.

Os Sargentos de Portugal inequivocamente têm razão. Esta é, como repetidamente temos afirmado, uma convicção profunda. Como tal, sabemos transformar a surpresa e frustração de hoje, na força e unidade que nos moverá amanhã, porque... Desistir, nunca! ▲



EM LISBOA
DIAS 26 E 27 DE MARÇO

89.º Presidium da EUROMIL

Lisboa foi, desta vez, a cidade escolhida para a realização do 89.º Presidium da EUROMIL, a ter lugar nos próximos dias 26 e 27 de Março.

A ANS apresentou esta proposta em Sevilha, em Abril de 2002, durante o 85.º Presidium, justificando-a como uma oportunidade de se associar o evento às comemorações dos 30 anos de Democracia em Portugal, por altura da passagem de mais um aniversário do 25 de Abril.

Com efeito, achou-se importante levar a efeito esta reunião da EUROMIL em Portugal, como forma de proporcionar a todos os nossos camaradas europeus um contacto mais directo com a realidade que Abril abriu a todos os portugueses, não nos podendo esquecer que foi, também graças ao 25 de Abril, que o associativismo militar em Portugal viu surgirem as condições para que o mesmo se viesse a tornar uma realidade, talvez mais cedo daquilo que ainda muitos desejarão.

Esta proposta da ANS foi posteriormente posta à consideração das duas outras associações militares, a ASMIR e a AOFA, que igualmente se juntaram à realização do evento, emprestando-lhe assim, um sentido ainda mais lato da realidade do movimento associativo militar em Portugal nos dias de hoje.

A EUROMIL entendeu esta intenção e aceitou a proposta, marcando assim este Presidium para Lisboa, para o mês de Março, numa data suficientemente perto de Abril, para que o espírito da revolução possa ser sentido por todos os participantes.

FÓRUM INTERNACIONAL "O DIÁLOGO SOCIAL NA UE E OS MILITARES"

Paralelamente à realização desta reunião, irá ter lugar, no dia 25, pelas 14H00, um Fórum Internacional sobre "O Diálogo Social na UE e os Militares", numa organização conjunta da AOFA e da ANS. Este Fórum, que conta com a participação de diversos especialistas europeus, membros de associações nossas congéneres, tem como objectivo apresentar a diversidade de fórmulas de diálogo social, ao nível dos militares, na Europa e permitir uma troca de experiências, que possam, em última análise mostrar que este diálogo é possível e que resulta, caso todos os participantes estejam nisso interessados.

A realização deste Presidium agora em Lisboa, acontece numa altura em que, sendo o associativismo militar de carácter sócio-profissional, uma realidade a nível jurídico, falta essencialmente cumpri-lo e praticá-lo! Os mais recentes indícios do modo como o Governo, a Assembleia da República e mesmo outras instituições encaram a prática do associativismo no seio dos militares, leva-nos a todos a considerar que este acontecimento em Portugal, 30 anos depois de Abril, não poderia ser mais significativo e tem toda a razão de ser, como alerta para o perigo que qualquer tentativa de esvaziamento da importância deste instrumento democrático, tem para a própria afirmação duma sociedade que se diz e quer continuar a ser democrática, moderna e socialmente evoluída.

Num momento em que sentimos haver uma ameaça velada sobre todo o tecido de apoio social dos militares, com inaceitáveis desrespeitos pela lei e outros atropelos encapotados de ardilosas legalidades, é por demais justificativo que nos possamos sentir parte dum movimento associativo europeu que pugna pela defesa intransigente dos direitos sociais dos militares.

Damos pois, as boas vindas ao 89.º Presidium da EUROMIL, do qual somos parte integrante, com orgulho e vontade de continuar. A importância do factor social das nossas vidas, o bem estar das nossas famílias e a disponibilidade que a missão de nós exige, a isso obriga!... ▲

ALGUMAS REFLEXÕES

Carta aberta ao Senhor Ministro

Tuusula (Finlândia),
10 de Outubro de 2003

Exmº Senhor Ministro,

Estou serenamente à beira do Lago de Tuusula, a escassos quilómetros de Helsínquia, onde me preparo para mais uma reunião da EUROMIL e resolvi aproveitar, Senhor Ministro, a paz desta paisagem nórdica, de folhas caducas amareladas e húmidas que permanecem imóveis nos seus sustentáculos feitos árvores esguias e direitas, ao som de uma qualquer obra de Haydn que transporto no meu portátil, para lhe dirigir algumas palavras e reflectir em conluio com este suave ambiente, sobre a dificuldade que tenho em me contentar com aquilo que Vossa Excelência não me dá, enquanto militar e cidadão mas que dá a ideia de dar, enquanto ministro e dirigente partidário.

Sendo, como Vossa Excelência de certo saberá, dirigente da ANS, tenho, para além daquelas que a minha condição de militar sargento me atribui, responsabilidades acrescidas enquanto parte de um colectivo que arca com a responsabilidade de levar a bom termo muitas das ansiedades dos Sargentos de Portugal, enquanto cidadãos, militares e membros assumidos das Forças Armadas.

A missão que nos foi traçada pela vontade colectiva de uma categoria que, nos idos de 89, decidiu tomar em suas mãos parte significativa do futuro que nos era dia-a-dia negado, tem vindo a desenrolar-se de forma dura e irregular, mas sempre alimentada por uma esperança infinita e uma indomável certeza de que só tem a derrota assegurada quem não luta por aquilo em que acredita. Desde então até agora, muitas vicissitudes foram vencidas, muitas batalhas ganhas, imensas foram as lições que demos de que a inteligência e a perseverança sempre nos levam em frente e também algumas vezes, aprendemos com os reveses e os desvios, a abrir de novo o caminho na direcção da verdade, da determinação e da razão por todos reconhecida.

Têm sido tempos de intensa luta, no sentido construtivo da palavra, de um constante sacrifício que não recusamos, antes engrandecemos na proporção da sua dimensão e da sua dolorosa corrosão e tudo isto porque acreditamos que não é inevitável, para os militares, subsistirem no limite do desespero, na fronteira do tolerável, na ilusão de uma qualquer condição que os transforma em seres especiais, para quem a disciplina, a honra e as tradições chegam perfeitamente para alimentar os seus anseios e necessidades.

Estou aqui sentado, à beira do Lago de Tuusula, na Finlândia do Santa-Klaus, excelsamente recebido pelo meu camarada Tenente Ari Pakarinen, dirigente do Päälystöllitö, a Associação dos Oficiais Subalternos Finlandeses e

não posso deixar de reflectir sobre umas coisas que ele me disse, mas sobre as quais não vou ainda dissertar, para não me tornar demasiado incómodo para si, Senhor Ministro. Apenas lhe posso adiantar que na Finlândia, o direito de associação para os militares, já está consagrado desde 1917, mas isto é apenas uma referência temporal, nada mais. Não quero com isto dizer que o nosso direito adquirido veio tarde ou cedo. Veio quando aconteceu, dentro do seu processo e conta tanto uma data como a outra. São tempos diversos. Povos com

vo e pela evolução a que foram sujeitas.

Acontece, Senhor Ministro, que, enquanto associação e projecto catalisador dum desejo de coerência, tanto interna como externa, a ANS ultrapassou já inúmeras dificuldades de percurso e nunca, por nunca, se achou em posição de poder dizer que os objectivos foram alcançados. Em cada progresso conquistado, sempre tivemos o discernimento de reconhecer o quanto nos falta ainda para atingir um estádio reconhecidamente confortável para as metas a que nos propusemos. E uma importante arma que

a rever as palavras de um tom inquestionavelmente finlandês, que o meu amigo Ari Pakarinen, me vem desenhando na minha ânsia de saber mais e mais sobre esta realidade tão longínqua, tão estranha, para o nosso universo. Diz-me ele que o Päälystöllitö nasceu em 1929, como Associação de Sargentos, por sugestão do próprio Chefe da Defesa Finlandês, que com a sua criação quis materializar a ajuda aos elementos mais novos, na área da instrução e da educação, levando a que, finalmente, na década de 60, estes conquistassem a possi-

bilidade de ascensão à categoria de Oficiais Subalternos, dando forma aquilo que é hoje a Associação dos Oficiais Subalternos Finlandeses – o Päälystöllitö!

Mas a sensação que tenho, senhor Ministro, é que Vossa Excelência tem estado ausente da realidade que vivem os seus homens. Os homens que dedicaram as suas vidas à defesa de Portugal e agora, ainda mais, da liberdade e do direito à vida de povos tão longínquos como os de Timor, do Kosovo ou da Macedónia. E a sua ausência, Senhor Ministro, não corresponde aos intuitos que nos apresentou, quando, ao lhe comuni-

carmos que para nós, o ano corrente seria dedicado às carreiras, nos assegurou que, também, por parte do MDN, era essa a intenção e iríamos nisso trabalhar juntos. As palavras que se dizem, Senhor Ministro, talvez possam não ter o mesmo valor para uns e para outros, mas da nossa parte elas têm, de certeza, o valor do compromisso, da lealdade e da honra com que se vem construindo o nosso percurso.

Será talvez desnecessário alertá-lo para a perigosa encruzilhada em que se encontram as nossas Forças Armadas, ao nível dos seus recursos humanos. O fim do serviço militar obrigatório, a deficiente implantação dum novo serviço militar apoiado no voluntariado e num pretensão profissionalismo, aliados a uma crescente desatenção pelo pessoal dos quadros permanentes, com especial incidência na categoria de sargentos, têm vindo a criar as condições para uma imprevisível crise de pessoal que parece, no entanto, não preocupar de forma visível os mais altos responsáveis. Os meios humanos, Senhor Ministro, não se resolvem com qualquer concurso no âmbito da Lei de Programação Militar. Por mais que procure e por mais firmas que consulte, nenhuma lhe vai resolver o desastre dumas Forças Armadas, armadas sim, mas despojadas de homens, mulheres e saber para operarem os meios que hoje tão ansiosamente se preocupa em prometer aos chefes militares e ao país! Nem os chefes militares, por muito satisfeitos que fiquem, conseguirão tirar o rendimento mínimo e indispensável aos equipamentos inertes e impotentes, pela ausência de mão-de-obra ou, pior ainda, operados por uma



percursos diferentes e sociedades, cada uma com os seus conceitos moldados pela história, pela génese do próprio po-

temos reside na nossa capacidade de conseguirmos acreditar nos homens. De criarmos, a partir de cada dificuldade, a esperança quase intemporal de que os homens foram criados à imagem daquilo que nós deles concebemos. Humanamente imperfeitos mas potencialmente ímpolutos e honestos.

Por tudo isto nos fere e nos incomoda vivamente a sensação de uma certa manipulação da verdade e um inqualificável silêncio no acto de decidir.

Mas penso eu isto, Senhor Ministro, envolto nesta bruma de Outubro à beira do Lago de Tuusula, ainda e sempre com Haydn como moldura auditiva, só superada pelo silêncio dos bosques que à minha frente se espriam. E continuo

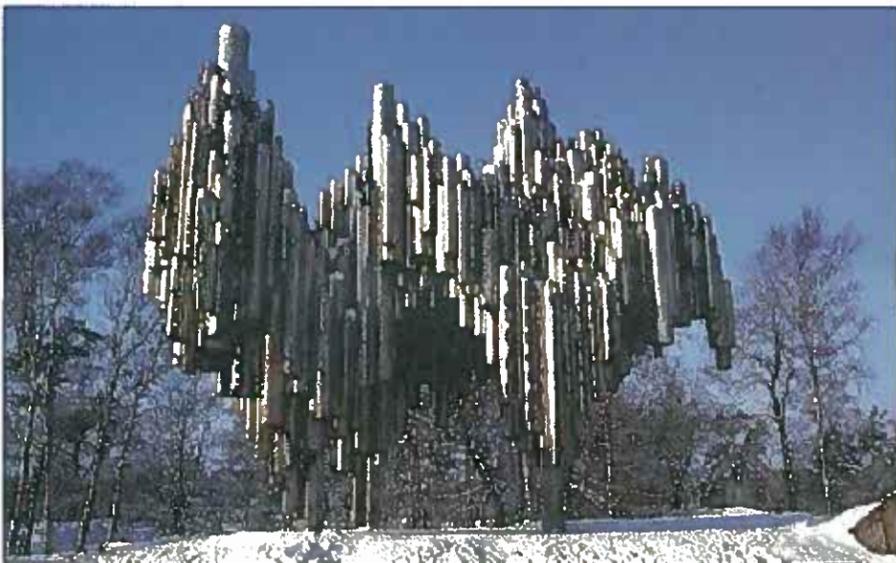


mão de obra incompetente, desqualificada e desmotivada, que é aquilo para que se caminha, se não for chamada à razão a crescente incapacidade de administração dos recursos humanos, o reconhecimento do seu valor e importância e o investimento numa formação que a valorize, a prepare e a rentabilize.

Não posso deixar de lhe confessar, Senhor Ministro, que lhe escrevo estas linhas, envolvido pela maior serenidade que me é transmitida pela ambiência que me rodeia, aqui, nas margens do Lago de Tuusula e ainda há pouco, passeando calmamente no chão atapetado pelas folhas secas de Outono que cobrem o terreno húmido e macio destas margens, encontrei um simples esquilo, que, obviamente insensível a todas estas minhas preocupações, se dedicava naturalmente a roer um qualquer fruto, numa atitude de pura subsistência. Os membros superiores avidamente empenhados na manipulação do alimento encontrado, mais pareciam mãos postas em profunda oração. Ao pressentir-me, preferiu recolher-se à protecção mais avisada de uma das esguias árvores de troncos praticamente nus e desapareceu pelo emaranhado de ramos, preservando o seu instinto de protecção e sobrevivência, num claro desprezo pelas minhas profundas dúvidas e meditações.

Mas as palavras do meu camarada Ari Pakarinen não me saíam da cabeça e é-me impossível não partilhar consigo, Senhor Ministro, aquilo que ele na noite anterior me revelou, em amena conversa de grande amizade e companheirismo. Dizia-me ele, que esta coisa do associativismo, era o reconhecimento da inteligência e do bom senso que tem de haver na importante tarefa da condução dos homens e na liderança a qualquer nível. Um chefe que não considere o associativismo como uma ferramenta para a sua liderança e o bom desempenho da missão, está certamente a prestar um péssimo serviço ao país e a fomentar pontos indesejáveis de discórdia onde deveria encontrar apoios e vontade de bem servir. Não é este o caso, obviamente, em Portugal. Pelo menos no que respeita à existência das ferramentas necessárias para que tudo se possa passar de outra maneira. Vivemos um tempo novo em que o associativismo militar de cariz sócio-profissional é já uma conquista. Um dado adquirido. Falta no entanto praticá-lo! Respeitá-lo e fazer dele um instrumento positivo à capacidade de liderança! O que nos falta ainda, é um certo pragmatismo por parte dos políticos, para que encarem com naturalidade e positivismo esta realidade. E por parte dos chefes militares, um exigente exercício de reavaliação dos conceitos de liderança e de partilha das responsabilidades. Ninguém lhes pede para abdicarem de poder, apenas que não o usem numa forma totalitária, absolutista e pessoal. Todo o poder que não assentar numa aceitação de partilha de responsabilidades corre inevitavelmente o risco de se tornar num projecto de isolamento, de arbitrariedade, num projecto pessoal, que retira ao poder toda a legitimidade e o transforma num acto de arrogância e de impotência camuflada numa autoridade já vencida pela cegueira da intolerância.

Temos que reconhecer, Senhor Ministro, que a praxis mudou ligeiramente desde que este governo entrou em funções. O relacionamento tornou-se mais fácil. Criou-se até um clima de abertura e grande coloquialismo. Mas isso só, convenhamos, não chega! Nem os nossos problemas se resolvem com agradáveis conversas e palmadinhas nas costas, nem os sargentos que representamos se alimentam de promessas e de declarações que não ultrapassam a formalidade do discurso político que ape-



nas se preenche a si próprio e em si próprio se alimenta. Nós até compreendemos todos esses códigos dum certo exercício da política que se veio instalando na nossa sociedade, mas nem partilhámos dos mesmos valores, nem nos revelemos nesses artifícios que fazem da política, não uma ciência, mas antes um instrumento artificial da gestão manipuladora do útil e do necessário em constante confronto com uma certa inevitabilidade da inoperância e mesmo de uma certa incoerência.

Para nós, Senhor Ministro, só uma coisa conta - a vontade assumida para a resolução dos problemas, mesmo que uma certa bruma de dificuldade e mesmo de impossibilidade, possa pairar por sobre a análise dos mesmos. Não negamos impossibilidades transitórias, assim como não nos assusta a busca da melhor oportunidade, do melhor consenso, do compromisso inevitável. Só não aceitamos a recusa do diálogo, a desvalorização dos problemas, a inevitabilidade dum certo fatalismo existencial e a indisponibilidade para a busca de soluções. Porque esses são os únicos caminhos que podem dignificar as posições, tanto nossas como da tutela.

Quando clamamos que a situação é difícil, não o fazemos como forma abstracta de pressão sobre o que quer que seja. São homens e mulheres que estão no centro destas dificuldades. Homens e mulheres que acreditaram naquilo que

os políticos lhes prometeram e os seus chefes confirmaram, com aquelas certezas que os chefes tanto gostam de articular, o que lhes dá um certo toque de poder e autoridade. Mas do que se trata, Senhor Ministro, é da vida de pessoas e não de projectos políticos ou de manipulações mediáticas, ditadas pela sede de poder ou mesmo pelas convicções pessoais assentes em valores sobrevalorizados de um qualquer conceito social, político ou religioso. As vidas das pessoas não são laboratórios vivos para

nós, esta mais valia que se vem perdendo e que enfraquece também os homens e mulheres que acreditam numa Defesa verdadeiramente assumida, sem complexos nem demagogias.

E quando reclamamos urgência, atenção e seriedade na discussão dos problemas do pessoal, desta máquina que tantas vezes nos é apresentada numa forma tão pouco humana e necessária, é porque nada se justifica sem os homens e mulheres que constituem o seu sangue, o seu suor e as suas lágrimas. Até parece, por vezes, que os exércitos se resumem a generais e equipamentos e depois, no meio de tudo isso, uma imensa massa humana que quanto mais difusa, impessoal e silenciosa, melhor. Mas os efectivos dessa máquina são pessoas que carecem de ser formadas, treinadas, integradas e socialmente consideradas como um instrumento importante da instituição e precisam que lhes sejam encontradas soluções para poderem funcionar como cidadãos e militares e cumprirem ambas as obrigações. É preciso que lhes seja reconhecido o direito a terem família. A estudarem. A procriarem, sem que os seus filhos tenham um estigma qualquer que os penaliza pelo facto de serem filhos de militares. É as mães militares desses filhos que não são militares possam criar as suas crianças sem as dificuldades de se terem de confrontar com uma teia de normas e regulamentos militares que não entram em linha de conta com o facto de elas poderem, como qualquer mulher, ser mães e mulheres... Quando abrimos as fileiras à mulher, é nossa responsabilidade proporcionarmos-lhe as condições mínimas para que elas cumpram a missão de cidadãs militares e mulheres, sem que isso constitua uma excepção mais evidente do que o facto de uns serem homens e outros mulheres, como em tudo na vida.

É com esta miríade de problemas sociais e profissionais que nos preocupamos e não apenas com questões meramente económicas e salariais. Por isso exigimos mais atenção por parte da tutela. Uma atenção que tem estado totalmente arredada das preocupações de quem teria a responsabilidade máxima de nisso pensar. Mas nós estamos dispostos a partilhar essa responsabilidade. Estamos dispostos a contribuir para a busca de soluções. Estamos disponíveis para a identificação minuciosa de todos esses aspectos escondidos, esquecidos e mal encarados que afectam todo o tecido social das nossas Forças Armadas. Não estamos dispostos a calar o mal estar que sentimos e que nos consome a vontade de sermos cidadãos em uniforme sim, mas cidadãos de corpo inteiro e de alma plena!

O Lago de Tuusula ficou já para trás e agora deixo-me envolver pela serenidade da cidade de Helsínquia, numa tarde de Domingo. Helsínquia é uma urbe calma e sem grandes sobressaltos. Uma cidade de tectos baixos que não ultrapassam a altura da torre do seu Estádio Olímpico. Uma assunção de cidadania que se quer reflectida também no seu perfil arquitectónico e que demonstra um espírito pouco interessado na asfíxia cidadina que as sociedades ditas evoluídas tanto gostam de fazer vingar para gáudio das suas ansiedades e frustrações. Disseram-me haver na cidade um original monumento a Sibelius, compositor Finlandês do Século dezanove, fortemente influenciado pelo movimento nacionalista (até 1917 a Finlândia era um grão-ducado do Império Russo), pela mitologia e pelo folclore Finlandês. Como curiosidade, algo mórbida, não fosse a realidade do facto, assinalaram-me mesmo que a autora de tal escultura, Eila Hiltunen, uma artista nonagenária, havia morrido dois dias antes desta minha incursão no Parque Sibelius, no bairro de Töölö. A visão musical do mo-

pesquisas sociais da ambição de cada um e muito menos, o seu direito à vida pode ser confundido com a ideia de cobaias humanas à disposição da experimentação de novas teses sociais.

O progressivo desinvestimento a que foram sujeitas as nossas Forças Armadas não tem apenas reflexo ao nível do material obsoleto e desajustado da realidade e das necessidades actuais, mas também numa desastrosa administração do pessoal e total incapacidade para se saber ler os sinais de ruptura que repetidamente foram sendo denunciados pelas associações suas representativas e ainda numa irresponsável descaracterização e desinvestimento social e cultural da própria imagem da Defesa Nacional que se deixou resvalar para níveis impensáveis, dos quais vai ser muito penoso sair e que não se recuperam, nem com campanhas publicitárias nem com Dias da Defesa Nacional, pese embora a pureza dos princípios desta medida. Passa por uma verdadeira assunção das responsabilidades que todos temos nesta matéria. Tem de ser uma tarefa partilhada e credível que não cabe em campanhas publicitárias, decretos, normas ou coimas.

Se o Senhor Ministro tiver o cuidado de ler os nossos textos mais remotos, verá que nós andamos a dizer isto há imenso tempo. É uma constante das nossas reais preocupações e dizemo-lo porque sentimos como um pedaço de

numento, com os seus tubos de comprimentos diversos reunidos na forma dum órgão ali nascido na verdura do parque, retratam, duma forma talvez estranha e surpreendente a importância, no panorama artístico escandinavo, deste compositor tão respeitado. Manda a tradição que os visitantes enfiem a cabeça na base de um dos inúmeros tubos de aço inoxidável e gritem do modo mais sonoro, esperando pela resposta desse acto libertário nos cambiantes inesperados do eco reproduzido.

Mas perguntar-se-á Vossa Excelência, o que lhe interessa o Monumento a Sibelius quando aquilo que lhe quero dizer parece nada ter a ver com a obra do compositor Escandinavo!... Pois, efectivamente, olhando a estrutura tubular do monumento ao compositor, aqueles cilindros ocios e sem princípio nem fim, que levam o nosso olhar para um infinito que se confunde com o cinzento da tarde nórdica que teima em se manter, não posso deixar de estabelecer uma certa analogia com as respostas vazias, ocas e de um alcance tão infinito, que Vossa Excelência tem vindo a dar aos problemas concretos e prementes que temos vindo repetidamente a apresentar-lhe. Talvez a única verdadeira e inquestionável diferença tenha efectivamente a ver com o facto de, daquela estrutura metálica se poder antever, antes imaginar, o desenho de belas harmonias e de sons enriquecedores dos nossos sentimentos, coisa inimaginável de retirar do silêncio das suas respostas, Senhor Ministro.

Aquilo que desde o início do seu mandato lhe vimos expondo e catalogando de essencial, urgente e imperioso resolver, fazemo-lo, não porque decidimos qualquer estratégia de oposição ao seu mandato. Não porque façamos parte de qualquer projecto anti o que quer que seja!... É porque somos, antes de tudo, a favor da instituição militar, da defesa dos seus elevados interesses, conjugados com os dos homens e mulheres que representamos. Assumimos este acto intransigente de defesa dos princípios e valores que nos servem de rumo e de redobrada vontade de bem servir, porque acreditamos que na defesa dos militares que honradamente servem o país, reside a força moral e anímica de toda uma instituição. A força e razão de ser dumas Forças Armadas dignas e úteis que se justificam pela grandeza de quem as serve, em todas as vertentes e de quem por elas é servido – o Povo Português!

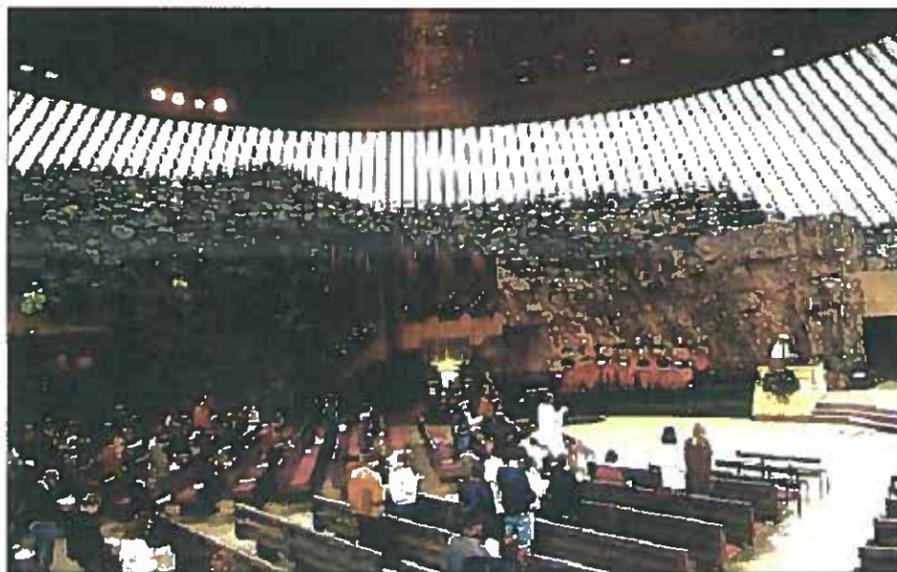
Não podemos, por isso, deixar de estar indignados com o indelével passar dos dias, face à inacção que sentimos haver por parte do MDN, senão mesmo, a uma inexplicável insensibilidade para o reconhecimento, análise e busca de soluções para um conjunto de questões que desde o início lhe vimos expondo, na expectativa de que às intenções, desde o início apresentadas não correspondesse apenas um discurso político, num tom menor e com evidente falta de harmonia... Um problema, aliás tão habitual em políticos de fracos recursos, o que nos recusamos a reconhecer na pessoa de Vossa Excelência, possa-se ou não considerar o seu percurso mais ou menos polémico... mas isso é uma questão que nos ultrapassa e sobre a qual nos recusamos argumentar!

Para nós, o Senhor é o Ministro da Defesa Nacional e tem por isso toda a responsabilidade para saber ouvir e atender, com razoabilidade e vontade de bem servir, os problemas sócio-profissionais que sentimos, com a certeza de que em retorno lhe asseguramos, com voto de honra e juramento, a defesa intransigente da Nação e dos bens Pátrios, do seu povo e dos valores e princípios pelos quais juramos cumprir, fazer cumprir e defender a Constituição da Repú-

blica! É um compromisso que só tem razão de ser quando todas as partes sabem honrar aquilo que lhes compete!

É pois de uma total insensibilidade a continuada persistência nesta atitude tão perigosa quanto irresponsável, porque se trata do bem estar, da dignidade e da moral de um grupo de cidadãos que têm por juramento o sacrifício da própria vida, na defesa da Pátria, dos valores da Liberdade e no cumprimento da Lex Mater de todas as leis nacionais.

Nas minhas deambulações por esta serena cidade de Helsínquia, acabo por descobrir uma das suas originais marcas, dum certo tom ecuménico da sublime arte de respeitar todos os credos e todas as tendências religiosas. A Igreja de Temppeleaukio (Praça do Templo) ergue-se quase ao nível dos nossos olhos, vinda da profundidade duma cratera ca-



vada na rocha sólida duma colina que apenas se faz cobrir por um tecto em tubo de cobre, ligeiramente côncavo e austero, como austero e magicamente belo é o seu interior, onde a rocha desbravada se confunde com algum, pouco, betão e a luz, divina ou não, consoante a perspectiva de cada um, se faz anunciar por uma janela estriada a toda a volta, mesmo antes do início da cúpula que nos protege e ao mesmo tempo nos aproxima do céu que se estende lá fora por sobre a cidade...

A esmagadora serenidade que se faz sentir no seu interior é propícia à reflexão e ao exercício da meditação e o seu espaço abre-se a diversas confissões religiosas, assumindo-se assim como um templo universal onde apenas a concórdia reina e os homens e mulheres se sentem na sua verdadeira dimensão, mesmo que esta não seja a dimensão do seu próprio conhecimento da vida e da morte. Da verdade e da mentira. Da culpa e da razão. Da bondade e da maldade, mesmo a mais inocente e candidamente não assumida.

Senti-me bem, como há muito não me sentia e nem sei porquê. Tenho pela religião o respeito que exijo para o desconhecimento de mim próprio e pelo desconhecimento, mesmo, da razão e do objectivo último da vida. É um respeito mais forte do que qualquer crença que não consigo resolver comigo próprio.

Mas é um respeito absoluto!

O espaço despojado de símbolos religiosos de qualquer profecia, leva-nos a concentrar-nos, apenas e só, na essência do silêncio que emana daquelas paredes e somente os acordes em surdina da música sacra que paira na imensidão da nave, nos acompanham, a nós e aos nossos pensamentos, que ali encontram perfeito terreno para a procura da razão de sermos e do mistério da condição humana.

Aproveito a profundidade destas minhas últimas reflexões, para o convidar a si, Senhor Ministro, a recolher-se um pouco no silêncio possível que o seu esfuizante ritmo político lhe permitir e meditar seriamente sobre a condição humana, social e profissional dos militares que o senhor tanto gosta de exaltar. Repare, Senhor Ministro, que os militares não são nenhuma figura de estilo, nem mesmo uma ferramenta que o destino lhe proporcionou para o brilho da sua natural ambição política e humana. Porque é natural ser-se ambicioso nos nossos desígnios e nos nossos projectos. Só não é legítimo confundir os homens e as mulheres que nós somos com as ambições que alimentamos. Os militares, Senhor Ministro, são filhos deste país, tanto quanto os políticos, os trabalhadores rurais, os cientistas ou os operários. Tanto quanto os seus próprios filhos e os seus companheiros e companheiras, os seus cônjuges, os seus pais e

da Pátria, mas eles não são os únicos a exigirem atenção e a resolução dos seus problemas compete ao Estado, como um todo e não à Defesa, que julgamos não dever actuar como entidade patronal em processo de indemnização, aliviando, quiçá intencionalmente, os órgãos competentes do Estado – a Segurança Social – desta obrigação, facto que se justificará apenas por uma questão de projecto político mais alargado, mas que põe seriamente em causa o futuro daqueles que agora se esforçam por manter as Forças Armadas acima da mediocridade que perigosamente lhe corteja o percurso penoso e indeciso.

Também, o indesmentível entusiasmo que Vossa Excelência nutre pela questão da LPM, não lhe pode ser negado, face à real necessidade que existe em reequipar as Forças Armadas, com equipamentos credíveis e eficientes, modernos e aptos a contribuir para o cabal desempenho da missão dos militares que deles necessitam. Mas há que equilibrar e racionalizar as aquisições, tanto com as verdadeiras necessidades, decorrentes dum novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, como com o conceito de que parte dessas necessidades têm a ver com a componente humana, não se podendo, portanto, descurar a questão do pessoal, suas carreiras, suas condições sociais e profissionais e o consequente apoio à família militar.

Por último, a tónica posta no advento da nova profissionalização das Forças Armadas, tem como desafio um novo conceito de serviço público, assente numa partilha de necessidades e interesses que se cruzam na exigência dumas Forças Armadas mais profissionais e mais eficientes, mais objectivas e menos pesadas, mas não pode, como é óbvio, esquecer os profissionais de sempre, aqueles que sempre asseguraram a continuidade, mesmo nos momentos de mais completa desorientação e também nas situações de crise e mesmo de conflito, com os perigos e as incomodidades inerentes ao juramento por todos nós feito. Os militares do Quadro Permanente não podem ser minimizados, sob pena de se desrespeitar um dos pilares essenciais da instituição militar e por isso há que se caminhar, cada vez mais para uma integração, tão perfeita quanto possível, das várias formas de prestação de serviço, sem que se perca a experiência dos que sempre foram, conjugada com a vitalidade daqueles que se prestam a dar os anos da sua juventude a um projecto verdadeiramente nacional – a Defesa!

Já regressado a terras de Portugal, deixo-lhe Senhor Ministro, esta longa reflexão, para que a utilize num confronto com a sua própria consciência e possa assim reconhecer o sentir e o penar destes homens e mulheres que talvez, um dia, tivessem acreditado na nobreza do seu carácter e nas capacidades da sua inteligência e não querem ainda desistir de o poder considerar o seu Ministro, na verdadeira acepção do termo!

Os militares prezam, duma forma inquestionável, a transparência e a hombridade, a camaradagem e a solidariedade, pelo que muito dificilmente aceitam que os tratem com menos dignidade e duma forma menor, o que só diminui as próprias Forças Armadas, o Estado e o País que juraram defender.

Que o bom senso o ilumine, Senhor Ministro, é aquilo que mais lhe desejo.

Com os melhores cumprimentos,
Lisboa, 17 de Novembro de 2003

Um qualquer dirigente ▲

A maior vantagem das palavras é a de se poderem adaptar às mais diversas situações, mesmo as mais complexas e injustas, sem que a sua força e eficácia fiquem enfraquecidas, antes ganhando em abrangência e acutilância, quanto mais desgastante e incompreensível se apresenta a situação a dirimir. Já os homens, em termos de acção, têm um poder de adaptação inferior, sendo levados, por vezes, a reagir de forma menos controlada e consequente às adversidades da vida e mesmo às provocações do sistema e à demagogia do poder.

É por isso que é sempre preferível utilizar as palavras, os seus códigos, a sua capacidade dialogante, para tentar ultrapassar os impasses, abrir caminhos e conquistar apoios que nos conduzam à meta dos nossos objectivos. Infelizmente, os grupos que constituem a sociedade, nem sempre têm essa argúcia dialéctica exercitada aos extremos da perseverança e da dissuasão. Por outro lado, alguns responsáveis políticos, e não só, raramente também fazem uso da sua total capacidade de audição e entendimento, de diálogo e de negociação, com os grupos que eles, erradamente, consideram ameaças à prossecução dos seus objectivos, excessivamente políticos e parcamente sociais, esquecendo-se que a convivência em sociedade, exige mais desta componente e que a política deve servir, tão só, para abrir novas vias e encontrar soluções inteligentes e viáveis para os problemas que, todos eles, têm a ver com o homem, enquanto elemento primeiro e indispensável da sociedade.

Deste continuado desencontro de formas de exercitar, por um lado, o justo direito de aspirar por melhores condições de vida, por outro, do próprio poder que quase sempre se convence da infalibilidade das suas soluções, nasce a discórdia política, a contestação e, não raras vezes, um indesejável clima de conturbação social que em nada contribui para o desenvolvimento duma sociedade que se quer de progresso, de justiça e de harmonia, com respeito pelas diferenças e empenho na evolução equilibrada dos anseios individuais, assim como nos projectos colectivos.

Os problemas e as dificuldades sócio-profissionais dos militares, constituindo estes um grupo com características especiais dentro da organização comum das sociedades, não deixam, no entanto, de se enquadrar genericamente no esquisso atrás traçado e de obedecer, na articulação que obrigatoriamente têm com o poder, a esquemas em tudo semelhantes com os já descritos, ressaltando, como é evidente, as condicionantes impostas pela própria Lei de Defesa Nacional e pelas regulamentações a jusante que enquadram todo o funcionamento das Forças Armadas.

Por tudo isto, impõe-se, mais do que em qualquer outro agrupamento social, e relativamente aos militares, o recurso (insistente) ao diálogo, assente numa base de respeito e confiança, condição indispensável à manutenção de relações sérias e profícuas, como meio de resolver os desajustes sócio-profissionais que naturalmente acontecem entre empregado e empregador, entre estado e servidor, mesmo com a condição de militar.

No entanto, temo-lo afirmado constantemente a políticos e chefes militares, a natureza dos nossos problemas e o respeito pelos princípios intransigentes de defesa dos interesses dos nossos associados e dos Sargentos de Portugal, em geral, colocar-nos-ão, inevitavelmente, durante o processo de diálogo, audição e negociação, não poucas vezes, em campos naturalmente opostos, sem que isso signifique qualquer sinal de rotura ou de intolerância, representando sim uma diversidade de pontos de vista, quicá mesmo de princípios, que não devemos temer, mas antes encarar-los como meros

BREVES CONSIDERAÇÕES REFLECTIVAS SOBRE A NEGAÇÃO AO DIÁLOGO

DO RESPEITO DA CONFIANÇA E DO ENTENDIMENTO

sinais da dinâmica desse mesmo processo, obrigatoriamente ultrapassáveis, desde que haja, de ambas as partes respeito e confiança para alcançar objectivos de consenso, sustentáveis em princípios fundamentais e não presos irredutivelmente em estratégias inflexíveis.

A Associação Nacional de Sargentos, enquadrando-se no espírito e na forma da Lei Orgânica n.º 3/2001, que estabelece o direito de associação profissional para os militares, tem vindo a desenvolver toda uma dinâmica, quer interior, quer externa, tendente a tornar esta ferramenta verdadeiramente útil em ambos os sentidos, consciente que está das vantagens que daí poderão advir para os militares, em geral, bem como para a tutela, as Forças Armadas e, em última análise, para o normal funcionamento das instituições.

A assunção deste princípio exige, como é evidente, um enorme capital de boa vontade, de cooperação, de esforços vários e muito particularmente, de confiança entre as partes, por modo a que se estabeleça um clima propício à troca de ideias, à aceitação de propostas, à discussão aberta e descomplexada de soluções possíveis e à existência duma capacidade negocial, perante a qual ninguém se sinta diminuído ou particularmente em vantagem sobre o que quer que seja, com o objectivo final de se estabelecerem soluções aceitáveis e sustentadas, que sirvam efectivamente para resolver os problemas e nunca para criar novas perversidades geradoras de recorrentes situações de mal estar e de tensão, que em nada beneficiam a instituição nem o pessoal que lhe dá corpo.

O diálogo com o poder, di-lo a prática e a memória dos homens, foi sempre uma tarefa carente de grande engenho, argúcia, frontalidade e perseverança. O poder, pelo simples facto de o ser, entorpecido pela febre de cumprir metas, que podendo ser justas, nem sempre se enquadram na realidade da sociedade que somos, rege-se por princípios que escapam, não raras vezes, à verdadeira racionalidade daquilo que constitui a real necessidade das pessoas. E esquece-se frequentemente que é para o exercício do bem estar dessas pessoas que ele existe e foi para isso que ele foi eleito, não devendo jamais confundir os projectos analiticamente políticos, por mais honestos e justos que possam parecer, com o projecto comum de sociedade que deve envolver os grupos que a constituem.

O relacionamento da ANS com o poder atravessou já inúmeras fases e nestes últimos tempos abrangeu um leque de estados que se estendem do estado de graça a outro que mais parece ser de desgraça, ressaltando as devidas distâncias. É a dita não o é por nossa implícita culpa, mas por um entendimento enviesado daquilo que a tutela considera ser a fidelidade, um conceito que nós preferimos definir como de confiança e que assenta essencialmente no respeito pela diversidade de opiniões e mesmo da faculdade de não concordância, quando se trata da defesa daquilo que consideramos ser os nossos mais elementares direitos sociais e profissionais.

Sendo as associações instrumentos

privilegiados deste relacionamento, há que entender, acima de tudo, os códigos de cada parte e os limites que cada um pode alcançar, na defesa daquilo que consideram ser os caminhos mais correctos a percorrer.

Durante um certo tempo este equilíbrio, ou melhor, este compromisso implicitamente assumido resultou num entendimento estável e educado sobre o qual chegámos a pensar ser possível construir uma sólida base de respeito e de confiança. E é por continuarmos ainda a ter essa visão que hoje, mais uma vez, aqui estamos sem receio de proclamar as nossas diferenças de opinião, de pontos de vista, mas sempre dispostos a alcançar consensos, compromissos, soluções partilhadas e as inevitáveis responsabilidades que tudo isso implica.

Somos obrigados a admitir que a dinâmica do MDN terá, a partir de determinada altura, tomado outros rumos e, já o dissemos noutras ocasiões, as prioridades ter-se-ão deslocado para áreas mais políticas, relegando para um segundo plano, hoje quase imperceptível, as questões do pessoal, em termos gerais, passando a prestar-se quase unicamente atenção aos mecanismos de projecção mais mediática do novo Serviço Militar e de todas as operações de marketing envolventes, relativas à angariação de novos voluntários, como se residisse aí a solução mágica e última de todas as maleitas das nossas Forças Armadas.

Também o esforço dedicado à temática dos ex-combatentes, não lhe retirando a dose de justiça social que lhe cabe, terá retirado ao aparelho de planificação da tutela capacidades de estudo, análise, reflexão e implementação de medidas urgentemente requeridas pelos profissionais do quadro permanente que têm contribuído com o seu esforço, saber e dedicação e mesmo com o seu sacrifício social, familiar e até profissional, para assegurar o cumprimento da missão, independentemente das condições adversas, injustas e incompreensíveis que actualmente se vão verificando no seio da instituição militar.

A tudo isto, na nossa perspectiva, o MDN tem vindo a responder com uma inexplicável indiferença, que não sabemos classificar por não entendermos o seu alcance.

O Senhor Ministro, o Senhor Secretário de Estado, os órgãos superiores do Ministério da Defesa, continuam a ter a possibilidade de decidir se querem ou não contar com a ANS para a resolução dos problemas graves que afectam os Sargentos de Portugal. Se querem efectivamente assumir e praticar o respeito e a confiança, como forma essencial de relacionamento com quem abnegadamente se esforça, em acumulação de funções com as suas obrigações militares, por contribuir para que as dificuldades se transformem em soluções, e o tecido social das Forças Armadas possa regenerar-se da longa travessia do deserto por que tem passado nestes últimos anos.

Na nossa perspectiva, para além de essencial, isto é obrigatório! **Só temos duas alternativas - ou nos entendemos... ou nos entendemos!**

Qualquer outra hipótese que aqui se possa colocar, será um cenário excessivamente perigoso, intolerável e por ninguém desejado, que obviamente nos recusamos a admitir porque continuamos a acreditar no bom senso e na inteligência, como instrumentos indispensáveis às relações sérias, correctas e adultas entre as instituições e entre o poder e os seus administrados.

Não podemos contudo deixar de chamar a atenção para a perigosidade dos silêncios prolongados por parte da tutela, duma certa incapacidade de alguns responsáveis militares em admitir a existência das associações e com elas estabelecerem um diálogo respeitável e respeitador da nova dinâmica que é impossível ignorar, de pontuais, mas preocupantes sinais de uma deficiente e mesmo irresponsável acção de comando, como ainda recentemente sucedeu a bordo dum navio da Armada, que em nada contribuiu, antes pelo contrário, para que o respeito pela cadeia hierárquica seja um factor incontornável e inquestionável, que exige contudo, uma capacidade de avaliação e discernimento que jamais ponham em causa o rigor e a firmeza da autoridade de quem comanda.

Temos, por outro lado, de admitir que sinais há, igualmente, de uma cada vez maior compreensão e aceitação da importância das actividades associativas, o que leva a que em muitos casos, os comandos reconheçam nesta actividade e nos seus executores, associados, delegados e mesmo dirigentes associativos, uma mais valia para o desempenho da difícil arte de comandar. Quando a maioria conseguir interiorizar e conviver com esta mais valia, seremos todos nós, militares e Forças Armadas a ganhar um novo alento para enfrentarmos juntos, e agora reforçadamente, as vicissitudes que nos esperam e poder encarar o futuro com redobrado vigor e um verdadeiro sentido de camaradagem!

A confiança e o respeito são um capital demasiado valioso para que o possamos delapidar em inúteis, quão incompreensíveis querelas de feridas susceptibilidades que nem sequer têm razão de ser. O sentido da razoabilidade e da tolerância tem obrigatoriamente de prevalecer por sobre as divergências, que são sinais da nossa faculdade de raciocínio, que não tem de ser permanentemente coincidente com o daqueles com quem discutimos, no mais elevado sentido deste conceito. Seria aqui quase descabido e supérfluo relembrar que é da discussão que nasce a luz, não fora todo o empenho que temos em demonstrar a nossa total disponibilidade para retomarmos essa via e podermos caminhar juntos para um futuro cada vez mais sólido e sustentado, na senda de um entendimento que tem de ser possível. Recusamos ter de acreditar na inevitabilidade da discordância permanente e do desconforto do confronto de mal entendidos, como únicos meios de esgrimirmos as razões que erradamente posamos tomar como absolutas.

Senhor Ministro, Senhor Secretário de Estado, a esperança permanece viva dentro de nós e só esperamos poder utilizá-la em conjugação de esforços para que amanhã possamos transmitir aos nossos filhos e aos nossos camaradas, que, como nós, não-de abraçar a carreira militar, cheios de esperanças e mesmo algumas certezas, como nós um dia o fizemos, que valeu a pena. Que vale sempre a pena porque os homens têm a preciosa faculdade de sonhar e até a veleidade de transformarem esses sonhos em realidade, mesmo que para tal tenham de errar e saber reconhecê-lo.

Saibamos, cada um de nós reconhecer os nossos erros e avancemos à conquista inevitável do sonho que está já ali, à esquina da realidade possível, esperando apenas que tenhamos a arte e o engenho de a construir em comunhão de esforços, com empenho e tolerância! ▲